



DIÁRIO da Assembleia da República

VII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1995-1996)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 23 DE DEZEMBRO DE 1995

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
João Cerveira Correagedor da Fonseca
José Ernesto Figueira dos Reis

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 40 minutos.

Deram entrada na Mesa os projectos de lei n.os 53 a 56/VII.

Nos termos do n.º 4 do artigo 3.º da Lei n.º 20/94, de 15 de Junho, teve lugar um debate sobre o acompanhamento e apreciação pela Assembleia da República da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros (Jaime Gama), os Srs. Deputados Jorge Ferreira (CDS-PP), Joel Hasse Ferreira

(PS), Isabel Castro (Os Verdes), Rolando Gonçalves (PSD), Luís Sá (PCP), Carlos Luís (PS), Francisco Torres (PSD), Henrique Neto (PS), Carlos Encarnação (PSD), Paulo Portas (CDS-PP) e Medeiros Ferreira (PS).

No encerramento do debate intervieram, além do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, os Srs. Deputados Isabel Castro (Os Verdes), João Amaral (PCP), Jorge Ferreira (CDS-PP), Francisco Torres (PSD) e Carlos Zorrinho (PS).

O Sr. Presidente deu por terminada a sessão eram 13 horas e 25 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 40 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros.
Adérrito Joaquim Ferro Pires.
Agostinho Marques Moleiro.
Aires Manuel Jacinto de Carvalho.
Alberto de Sousa Martins.
Albino Gonçalves da Costa.
António Alves Marques Júnior.
António Alves Martinho.
António Bento da Silva Galamba.
António de Almeida Santos.
António Fernandes da Silva Braga.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
António José Borrai Crisóstomo Teixeira.
António José Gavino Paixão.
António José Guimarães Fernandes Dias.
Arnaldo Augusto Homem Rebelo.
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.
Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja.
Carlos Alberto Dias dos Santos.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Manuel Amândio.
Carlos Manuel Luís.
Cláudio Ramos Monteiro.
Domingos Fernandes Cordeiro.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Elisa Maria Ramos Damiao.
Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo.
Fernando Alberto Pereira de Sousa.
Fernando Alberto Pereira Marques.
Fernando Antão de Oliveira Ramos.
Fernando Garcia dos Santos.
Fernando Manuel de Jesus.
Fernando Pereira Serrasqueiro.
Francisco Fernando Osório Gomes.
Francisco José Pereira de Assis Miranda.
Francisco José Pinto Camilo.
Henrique José de Sousa Neto.
João Carlos da Costa Ferreira da Silva.
João Rui Gaspar de Almeida.
João Soares Palmeiro Novo.
Joaquim Moreira Raposo.
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida.
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.
Joel Maria da Silva Ferro.
Jorge Lacão Costa.
Jorge Manuel Damas Martins Rato.
Jorge Manuel Fernandes Valente.
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro.
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão.
José Alberto Cardoso Marques.
José António Ribeiro Mendes.
José Carlos Correia Mota de Andrade.
José Carlos da Cruz Lavrador.
José Carlos das Dores Zorrinho.
José Carlos Lourenço Tavares Pereira.
José da Conceição Saraiva.

José de Matos Leitão.

José Ernesto Figueira dos Reis.
José Fernando Rabaça Barradas e Silva.
José Manuel de Medeiros Ferreira.
José Manuel Niza Antunes Mendes.
José Manuel Oliveira de Sousa Peixoto.
José Manuel Santos de Magalhães.
José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão.
José Pinto Simões.
Júlio Manuel de Castro Lopes Faria.
Laurentino José Monteiro Castro Dias.
Leonor Coutinho Pereira dos Santos.
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro.
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel Francisco dos Santos Valente.
Manuel Jorge Pedrosa Forte de Goes.
Manuel Martinho Pinheiro dos Santos Gonçalves.
Manuel Porfírio Vargas.
Maria Amélia Macedo Antunes.
Maria Celeste Lopes da Silva Correia.
Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha.
Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos.
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro.
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa.
Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino.
Maria Jesuina Carrilho Bernardo.
Mário Manuel Videira Lopes.
Martim Afonso Pacheco Gracias.
Nelson Madeira Baltazar.
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes.
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro.
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte.
Paulo Jorge dos Santos Neves.
Pedro Luís da Rocha Baptista.
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge.
Raimundo Pedro Narciso.
Raúl d'Assunção Pimenta Rego.
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz.
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
Rui Manuel dos Santos Namorado.
Rui Manuel Palácio Carreteiro.
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto.
Vítor Brito de Moura.

Partido Social Democrata (PSD):

Álvaro dos Santos Amaro.
Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio.
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto.
Antônio da Silva Antunes.
Antônio Costa Rodrigues.
Antônio de Carvalho Martins.
Antônio Fernando da Cruz Oliveira.
Antônio Germano Fernandes de Sá e Abreu.
Antônio Joaquim Correia Vairinhos.
Antônio Jorge de Figueiredo Lopes.
Antônio Moreira Barbosa de Melo.
Antônio Paulo Martins Pereira Coelho.
Antônio Roleira Marinho.
Antônio Soares Gomes.
Arménio dos Santos.
Artur Ryder Torres Pereira.

Bernardino Manuel de Vasconcelos.
 Carlos Alberto Pinto.
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação.
 Carlos Manuel Duarte de Oliveira.
 Carlos Manuel Marta Gonçalves.
 Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho.
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco.
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares.
 Fernando José Antunes Gomes Pereira.
 Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.
 Fernando Santos Pereira.
 Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas Bordalo.
 Francisco Antunes da Silva.
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres.
 Gilberto Parca Madail.
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.
 Hugo José Teixeira Velosa.
 João Bosco Soares Mota Amaral.
 João Calvão da Silva.
 João do Lago de Vasconcelos Mota.
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá.
 Joaquim Fernando Nogueira.
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral.
 Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva.
 Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha.
 José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
 José Augusto Santos da Silva Marques.
 José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
 José de Almeida Cesário.
 José Fortunato Freitas Costa Leite.
 José Luís Campos Vieira de Castro.
 José Macário Custódio Correia.
 José Manuel Durão Barroso.
 José Maria Lopes Silvano.
 José Mário de Lemos Damião.
 José Mendes Bota.
 Lucília Maria Samorenó Ferrá.
 Luís Carlos David Nobre.
 Luís Fernando de Mira Amaral.
 Luís Filipe Menezes Lopes.
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes.
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes.
 Manuel Acácio Martins Roque.
 Manuel Alves de Oliveira.
 Manuel Castro de Almeida.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Maria Moreira.
 Maria do Céu Baptista Ramos.
 Maria Luísa Lourenço Ferreira.
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite.
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva.
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho.
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.
 Pedro Manuel Cruz Roseta.
 Rolando Lima Lalanda Gonçalves.
 Rui Fernando da Silva Rio.
 Sérgio André da Costa Vieira.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

Alda Maria Antunes Vieira.

António Afonso de Pinto Galvão Lucas.
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier.
 António Carlos Brochado de Sousa Pedras.
 Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa.
 Jorge Alexandre Silva Ferreira.
 Luís Afonso Cortez Rodrigues Queiró.
 Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho.
 Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto.
 Maria Manuela Guedes Outeiro Pereira Moniz.
 Nuno Jorge Lopes Correia da Silva.
 Nuno Kruz Abecasis.
 Paulo Sacadura Cabral Portas.
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.
 António João Rodeia Machado.
 Bernardino José Torrão Soares.
 João António Gonçalves do Amaral.
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 José Fernando Araújo Calçada.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel da Silva Viana de Sá.
 Maria Luísa Raimundo Mesquita.
 Maria Odete dos Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Ruben Luís Tristão Carvalho e Silva.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Isabel Maria de Almeida e Castro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os projectos de lei n.º 53/VII — Regime de exercício de direitos dos profissionais da GNR (PCP), que baixa às 1.ª e 3.ª Comissões, 54/VII — Altera a natureza da GNR, eliminando o seu estatuto de corpo militar (PCP), que baixa igualmente às 3.ª e 4.ª Comissões, 55/VII — Garante aos profissionais da PSP o direito de constituição de associações sindicais (PCP), que baixa à 4.ª Comissão, e 56/VII — Determina a adopção de medidas de recuperação de bens do património arquivístico nacional (PS), que baixa às 1.ª e 6.ª Comissões.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos dar início ao debate, com a presença do Governo, sobre o acompanhamento e apreciação pela Assembleia da República da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, nos termos do n.º 4 do artigo 3.º da Lei n.º 20/94, de 15 de Junho.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para o efeito, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, é apenas para dizer que lamento profundamente a ausência do Sr. Primeiro-Ministro neste debate, sem querer com isto significar que não tenhamos o maior prazer em ter entre nós o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros. O que acon-

tece é que, para iniciarmos um mecanismo como este de apreciação da construção da União Europeia, num processo específico que a lei, também especial, regula em relação à presença na Assembleia da República, pensaria eu que seria adequado, e, aliás, de acordo com as nossas expectativas, que estivesse aqui presente o Sr. Primeiro-Ministro.

Não quero fazer disto um caso, mas apenas fazer um lamento público por essa situação.

O Sr. Presidente: — Fica registado o seu lamento, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra também para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para o efeito, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, é para dizer algo que o Sr. Presidente sabe, mas que a Câmara, porventura, não saberá, que resulta da circunstância de este debate ter sido marcado em Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, ao abrigo de uma figura prevista na Lei n.º 20/94, de 15 de Junho, que regula as relações entre a Assembleia da República e o Governo em matéria de política europeia, que, no seu n.º 4 do artigo 3.º, dispõe que «a Assembleia procede regularmente à apreciação global da participação portuguesa no processo de construção da União Europeia, devendo realizar para esse efeito um debate com a presença do Governo...». Foi nesses exactos termos, e não em quaisquer outros, que este debate foi marcado, razão pela qual aquilo que ouvimos agora dizer ao Sr. Deputado Carlos Encarnação não tem, nem política nem institucionalmente, qualquer razão de ser. Foi, aliás, nos termos que acabei de referir que a Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, com a participação do PSD, deliberou o que deliberou.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, fica também registada a sua interpelação.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros (Jaime Gama): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Cabe ao actual Governo fazer a apresentação do balanço de seis meses de vida da União Europeia e da participação de Portugal nessa mesma União. Em boa verdade, poderia fazer essa apresentação quase em conjunto com o meu antecessor, o Dr. Durão Barroso, visto que, destes seis meses de vida da União Europeia, apenas me poderei reportar, com conhecimento directo, a cerca de um mês e meio. Mas, como ele está aqui presente, certamente que poderá completar, aliás, com brilho, a minha intervenção.

Neste semestre, a União Europeia tomou decisões realistas sobre assuntos que, há tempos, pairavam na agenda da União. Tomou decisões realistas quanto ao funcionamento e ao cenário da União Económica e Monetária e tomou decisões realistas quanto ao relacionamento da União com o exterior, que envolveram aspectos relacionados com as perspectivas de alargamento a Chipre, Malta, aos países bálticos e aos países da Europa Central e Oriental, aspectos ligados ao relacionamento na área do mediterrâneo, aspectos ligados ao relacionamento na direcção da América Latina, com o MERCOSUL, e também aspectos ligados ao relançamento do diálogo transatlântico com os Estados Unidos.

Ou seja, neste semestre, a União Europeia, do ponto de vista do funcionamento da sua economia, deu passos seguros e, do ponto de vista da sua relação externa, diversificou-se. Portanto, af respondeu positivamente àqueles que criticam a Europa-bastião ou a Europa-fortaleza, isto é, a Europa fechada sobre si própria, diversificando o seu campo de relacionamento no plano externo.

E também — terceira, mas não menos importante vertente — tomou algumas decisões sobre o seu próprio futuro, definindo parâmetros para a Conferência Intergovernamental que irá rever as disposições que actualmente regem o funcionamento da própria União.

Passemos em revista estes pontos.

União Económica e Monetária: foram tomadas decisões efectivas para a passagem à terceira fase da União Económica e Monetária, definindo um cenário de segurança e clareza, com efeito positivo nos mercados e foi escolhido o nome da futura moeda. Esse processo é hoje verdadeiramente irreversível. A nova fase da União Económica e Monetária começará em 1 de Janeiro de 1999, com a fixação das paridades entre as moedas nacionais e o EURO e com a decisão, que a antecederá, do Conselho Europeu sobre a passagem à terceira fase da União Económica e Monetária, decisão essa que será tomada o mais cedo possível, em 1998, com base nos dados respeitantes a 1997 e não com base nos prognósticos referentes a 1999.

Gostaria de sublinhar que, neste domínio da construção da União Económica e Monetária, no Conselho Europeu de Madrid, passou a ficar circunscrito em moldes mais pragmáticos todo o conjunto respeitante a um eventual pacto de estabilidade entre as moedas que futuramente poderão ingressar mais rapidamente e mais devagar na nova moeda e que a definição da articulação entre as moedas que ficarão no sistema e aquelas que momentaneamente não poderão a ele aceder será definida em conformidade com as obrigações dos tratados e não através de qualquer outro esquema substitutivo do actual quadro de referência prefigurado no Tratado de Maastricht.

Em relação ao alargamento — ponto para nós importante —, este semestre permitiu apurar uma estratégia mais definida, uma estratégia pragmática, uma estratégia gradual. As primeiras negociações deverão começar, sem qualquer exclusão, simultaneamente com as negociações que serão abertas com Chipre e Malta, cujo início já estava previsto e comprometido, seis meses após a conclusão da Conferência Intergovernamental. À partida haverá uma igualdade para todos. De resto, os poucos países da Europa Central e Oriental que ainda não tinham formulado o seu pedido de adesão estão a fazê-lo até ao final do corrente ano, mas isto não significa, naturalmente, que haverá uma igualdade à chegada, visto que a Comissão ficou incumbida não apenas de elaborar relatórios sobre o estado da economia e das transformações pré-adesão que cada um desses países está a empreender como também deverá analisar os efeitos do alargamento sobre as políticas comunitárias, nomeadamente a política agrícola comum e as políticas de coesão. Deverá ainda produzir um relatório sobre as implicações globais do alargamento e sobre as implicações orçamentais que cada alargamento e os alargamentos na sua totalidade deverão implicar.

Isto significa que o cenário estabelecido para o alargamento é aceitável por parte dos países candidatos mas é igualmente um cenário responsável por parte da União e dos seus Estados membros, na medida em que este dossier vai ser analisado exaustivamente nos próximos anos em todas as suas implicações. E, naturalmente, como sa-

bem, em função da situação económica de muitos desses países, o que se prevê é que uns possam aderir em processos mais rápidos e outros careçam de longos períodos transitórios para realizar a sua integração.

Aliás, este alargamento não é comparável ao último, em que entraram a Áustria, a Finlândia e a Suécia, é mais comparável ao antepenúltimo, em que entraram a Grécia, a Espanha e Portugal, mas com dificuldades e problemas acrescidos para os países candidatos, na medida em que, quando nós aderimos, não havia mercado único, não havia política externa e de segurança comum, não havia o III Pilar, não havia moeda única e todas essas realidades estarão em pleno vigor quando decorrerem os processos de integração desses países, o que torna esse *dossier*, naturalmente, muitíssimo mais exigente.

Em relação ao Mediterrâneo, foi, pela primeira vez, concretizado, com a criação da parceria euromediterrânica, um desígnio que vinha a ser arrastado ao longo de várias iniciativas e projectos de diálogo entre a Europa e o Mediterrâneo, entre a Europa Ocidental e o Mediterrâneo Ocidental, e o Mediterrâneo na sua totalidade. Finalmente, conseguiu-se estabelecer uma parceria euromediterrânica e definir um programa de acção baseado num pilar político e de segurança, visando a criação de espaço comum de paz e estabilidade na área, num pilar económico e financeiro, visando a criação de uma zona de prosperidade partilhada com o objectivo do estabelecimento até ao ano 2010 de uma zona de comércio livre, e num terceiro pilar respeitante a aspectos sociais, culturais e humanos concentrado na valorização das trocas entre as sociedades civis. No âmbito desta parceria euromediterrânica vai-se procurar, através da realização de mesas redondas, organizar, também para a área, um ou vários pactos de estabilidade, alargando à zona mediterrânica, com adaptações, o modelo que neste momento a organização de segurança e cooperação europeia tem em vigor para a resolução de vários diferendos intra-europeus na Europa central e na zona balcânica.

A criação gradual desta zona de comércio livre no Mediterrâneo até ao ano 2010 abrange naturalmente áreas como a prestação de serviços, o direito de estabelecimento e os produtos industriais, tendo, em relação aos produtos agrícolas, ficado definido que o seu carácter de progressividade deverá ser respeitado e não conflitar com a política agrícola comum. Ainda recentemente, no Conselho Europeu de Madrid, foi sublinhado que esta parceria euromediterrânica se faria na base de um mandato e das orientações estabelecidas em Cannes, designadamente quanto a esta componente agrícola. Como sabem, estão neste momento celebrados acordos com a Tunísia, Israel e Marrocos, falta concluir as negociações com o Egito, a Jordânia e o Líbano e há orientações para que logo que possível, em virtude da situação política internacional, se iniciem negociações com a Argélia e a Síria.

O Mediterrâneo é uma área de interesses vitais para a Europa, o acesso das economias mediterrânicas ao mercado europeu é um factor indispensável de dinamização das trocas comerciais e tem vantagens recíprocas. Na verdade, parte das economias desses países, que já hoje detêm um largo fluxo de trocas com os países da União Europeia, vêem aí a possibilidade de se desenvolverem em algumas áreas.

Por outro lado, estes acordos são feitos visando também o desmantelamento paulatino das economias mediterrânicas e consequentemente abrindo possibilidades potenciais de exportação às economias europeias.

Uma outra área é o MERCOSUL com o qual foi celebrado um acordo-quadro inter-regional de cooperação econô-

mica e comercial. O produto do MERCOSUL representa hoje 80% do produto da América do Sul, onde a economia do Brasil detém uma parte significativa, e naturalmente este quadro de relacionamento, por um lado, complementa e amplia o desejo que Portugal tem de incrementar as suas relações com o Brasil, um país de língua portuguesa que por esta via também acede a um relacionamento importante com a União Europeia, e, por outro, o facto de os países do MERCOSUL, os países da América do Sul, terem mais trocas comerciais com a União Europeia, de que Portugal faz parte, do que com qualquer outro espaço económico tem, para nós, significado e substância.

No que toca às relações transatlânticas, este semestre da União Europeia viu estabelecido um plano conjunto de ação União Europeia/EUA e elaborou uma nova agenda transatlântica.

Quanto à Conferência Intergovernamental, foram concluídos os trabalhos do grupo de reflexão, que apresentou um relatório extremamente interessante sobre a problemática da reforma da União, onde Portugal esteve representado pelo Professor André Gonçalves Pereira, a quem desejará prestar uma homenagem pública pela forma extremamente qualificada como participou nos trabalhos desse grupo, aliás com o reconhecimento de todos os seus colegas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A 29 de Março será aberta a Conferência Intergovernamental, não estando ainda marcada a data do seu encerramento e a agenda dos seus trabalhos não foi pré-condicionada no Conselho Europeu, o que significa que todos aqueles que, em vésperas do Conselho Europeu de Madrid, publicitaram ou divulgaram agendas pré-concebidas a fixar os pontos centrais para a ordem de trabalhos da Conferência não viram sucedidos os seus intentos. A ordem de trabalhos da Conferência estará em aberto e a data do seu encerramento não está pré-determinada. Isto significa, naturalmente, que o próximo semestre terá de realizar a sequência destas deliberações com implicações interessantes na área da União Económica e Monetária, em especial graças à importância que a presidência italiana atribui à definição de mecanismos de maior segurança e coesão para o futuro relacionamento das moedas no âmbito da nova moeda europeia e das que com ela se vão relacionar dentro da União Europeia, nesta fase de transição, em relação à Conferência Intergovernamental e ao arranque dos seus trabalhos, no relacionamento com o Mediterrâneo, com a Ásia, com os Estados Unidos e o Canadá e também no acompanhamento da situação na ex-Jugoslávia, onde agora a União Europeia é chamada a desempenhar um importante papel na dimensão civil dos acordos de paz. A agenda europeia, a grande agenda europeia para o próximo quadriénio, até ao ano 2000, está praticamente definida e tem como pontos centrais a passagem à moeda única, a adaptação do Tratado, o alargamento, as perspectivas financeiras pós 1999 e o prosseguimento do quadro de diálogo cooperação ou associação com os países vizinhos.

Conclusões, serei sintético e terminarei esta intervenção inicial para suscitar um debate esclarecedor do Parlamento: há um desafio, o da globalização, que foi particularmente aberto pelas transformações no comércio internacional operadas pela reforma dos acordos do GATT e pela criação da organização mundial de comércio. Nenhum país está imune a esse desafio, a União Europeia não está imune e o quadro de referência da União Europeia é, no nosso

entendimento, para Portugal, um sistema de enquadramento que melhor salvaguarda os interesses portugueses. Um cenário alternativo de lançamento da economia portuguesa sem esse enquadramento no desafio geral da globalização seria muitíssimo mais difícil de gerir.

Há naturalmente áreas onde estamos insatisfeitos com as decisões da União. Pensamos que poderia ser feito mais e melhor no domínio do emprego, pelo que continuaremos a insistir nesse ponto. Mas o projecto da União Europeia continua a ser capaz, sobretudo com as decisões realistas tomadas neste semestre, de harmonizar a diversidade com o respeito pelas identidades. Continua a ser susceptível de regular, por via pacífica e não pela confrontação do passado, as aspirações nacionais e a ser susceptível de gerir um quadro de abertura de forma correcta, no qual também nos queremos inserir.

Estamos, por isso, preocupados, mas o Governo está determinado. Não é optimista panglossiano em matéria de União Europeia, mas também não é céptico. «Sim» à ideia europeia, sem todavia permanentemente pedir desculpa nas instâncias internacionais e europeias pelo facto de sermos portugueses. Isto é, continuaremos pragmaticamente a defender com determinação os interesses portugueses no âmbito da União Europeia, entendendo que o referendo europeu é um precioso instrumento para a valorização de Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Informo a Câmara de que se encontram inscritos, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Jorge Ferreira, Joel Hasse Ferreira, Isabel Castro, Rolando Gonçalves, Luís Sá, Carlos Luís, Arménio Santos, Henrique Neto e Francisco Torres.

Lembro o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros de que dispõe apenas de 5 minutos e 42 segundos para responder a todos estes pedidos de esclarecimento. Não sei como irá fazer o milagre para gerir o tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Ferreira, no tempo regimental de três minutos.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, começo por congratular-me, em nome da bancada do Partido Popular, pelo primeiro debate com o Governo sobre o balanço de uma presidência da União Europeia desde que a Lei n.º 20/94 entrou em vigor. Sempre temos defendido a intensificação da participação dos parlamentos nacionais no processo de construção europeia e, por isso, não podemos deixar passar em claro mais este bom costume que inauguramos em Portugal.

Em segundo lugar, diria que este debate não poderia vir, num certo sentido, em melhor dia e, noutro sentido, em pior dia. Com efeito, terminou hoje, desde que este Governo tomou posse, o segundo sector produtivo em Portugal — o da frota longínqua —, uma vez que foi por diante a divisão da quota de pesca da palmeta nas águas do Canadá, divisão essa ruinosa para os interesses dos armadores portugueses.

Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, em dois meses, já lá vão dois sectores produtivos! Primeiro o das conservas e agora o da frota longínqua — este último, V. Ex.º já herdou bastante depauperado. Aliás, diria que o Sr. Deputado Durão Barroso não teria qualquer problema em defender aqui, hoje, a bancada do Governo, nem o Sr. Deputado Jaime Gama, a participação, pelo Governo anterior, na presidência espanhola. De facto, na prática, as políticas e

convicções de ambos são tão iguais que, julgo, quer um quer outro, poderiam facilmente fazer hoje este debate. De qualquer forma, a verdade é que já lá vão dois sectores produtivos, o que nos parece excessivo em dois meses.

Sr. Ministro, gostava que me respondesse ao seguinte: na semana passada, o Dr. Mário Soares, federalista convicto, disse que esta Europa era decepcionante, que não existia solidariedade entre os seus membros e que eram precisas ideias claras para que as opiniões públicas readerissem ao projecto do ideal Europeu. Ora, também não lhe parece que esta Europa, que vive à custa da destruição dos sectores produtivos dos pequenos países, é não só decepcionante como ruinosa para os interesses de Portugal? Pergunto então se não está de acordo com a opinião do Dr. Mário Soares que, curiosamente, ninguém em Portugal, nem do PS nem do PSD, considerou radical, demagógica ou empregou qualquer outro adjetivo, como costuma acontecer em relação ao Partido Popular quando emite exactamente as mesmas opiniões. Fico muito contente, porque isso significa uma conversão de VV. Ex.º às nossas reservas sobre esta Europa e....

O Sr. Francisco Torres (PSD): — Não!

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Espere para ver!

O Orador: — ... nesse sentido, esperamos que o Partido Popular engrosse à conta dos vossos contributos. Sabemos que, um dia, VV. Ex.º serão vergados aos factos, ou seja, esta Europa não está bem para Portugal: arruina a economia produtiva, os rendimentos e o emprego dos portugueses!

O Sr. Francisco Torres (PSD): — A realidade é muito diferente!

O Orador: — Portanto, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, pergunto-lhe que esperança pode dar hoje aos desempregados portugueses e a Portugal, no sentido de que a participação portuguesa na próxima presidência será para Portugal crescer e não para Portugal diminuir.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como há vários oradores inscritos para pedirem esclarecimentos, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros vai responder de três em três oradores.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, este tipo de debate é, para nós, que tanto colaborámos na elaboração da Lei n.º 20/94, relevante e a sua presença parece-nos significativa.

Passo directamente a algumas questões que lhe queria formular. Em primeiro lugar, até que ponto considera que o anterior Executivo, com os seus erros de política económica, não dificultou ou estreitou o caminho para a participação de Portugal na moeda única?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, o Sr. Ministro não julga que será um grave erro económico que os países de economia aberta e de pequena dimensão à escala europeia, como é o caso de Portugal, possam vir a ficar excluídos da adop-

ção da moeda única? E, nesse contexto, não considera chauvinista a defesa patrioteira do nosso escudo face às previsíveis vantagens da integração na moeda única?

Em terceiro lugar, pode o Sr. Ministro garantir que podemos confiar na capacidade deste Governo em compatibilizar uma estratégia de desenvolvimento económico, necessária para uma melhor qualificação dos recursos humanos e para o desenvolvimento da nossa capacidade produtiva, com a adopção atempada dos critérios da moeda única? Podemos confiar que não será sacrificada nenhuma destas vertentes políticas?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Parabéns à dúvida!

O Orador: — Por último, apesar das decisões tomadas no Conselho Europeu de Madrid, entende o Sr. Ministro que nenhum desses governos, inclusive o francês, que enfrenta uma larga e profunda crise social, virá a desencadear uma proposta de adiamento da moeda única, relativamente ao quadro que foi definido nessa Cimeira?

Sr. Ministro, a sua presença aqui é, para nós, relevante e significativa e as suas respostas serão, certamente,clarecedoras.

Aplausos do PS.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Bem-vindo aos eurocépticos!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, saudamos este debate, se bem que pensemos e tenhamos tido a oportunidade de manifestar que a sexta-feira não é, seguramente, o dia que melhor valoriza e credibiliza um debate desta natureza. Todos nós, incluindo o Sr. Ministro, porque também teve experiência parlamentar, o sabemos. Contudo, entendeu o Governo que este debate, de acordo com as condições de calendário propostas e mediante uma aplicação mecânica da lei, teria de ser feito hoje.

Concretamente, queria colocar-lhe duas questões. Em primeiro lugar, o Sr. Ministro não referiu que a Cimeira de Madrid, de todo em todo, acabou por deixar cair um importante programa para a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens que havia sido considerado no Conselho Económico e Social e que foi bloqueado do ponto de vista financeiro. Gostaria, pois, que dissesse algo sobre essa matéria.

Em segundo lugar, o Sr. Ministro entendeu iniciar a sua intervenção fazendo uma alusão ao ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros como alguém que poderia partilhar, seguramente, a informação sobre a avaliação global da participação portuguesa nesta presidência que agora finda. Ora, uma vez que é nosso entendimento que os cidadãos portugueses exprimiram claramente, em 1 de Outubro, o que pensavam sobre o que foi a herança dessa não participação, definida temporalmente, e a lógica que, ao longo destes anos, lhe tem estado implícita — uma lógica que, num país como o nosso, tem significado a destruição da nossa diversidade, a degradação ambiental e desequilíbrios demográficos, ou seja, que se traduz não em bem-estar nem em progresso mas no acentuar das assimetrias entre regiões, no aumento da pobreza e da degradação ecológica —, pergunto-lhe que leitura faz dos sinais de descontentamento que os portugueses exprimiram.

Pergunto-lhe, igualmente, que leitura faz da situação que se vive em França e que, em nossa opinião, não se explica, exclusiva e linearmente, como uma situação de greves mas, sim, de revolta contra uma determinada forma de construir a Europa, que rejeita o património de direitos adquiridos no passado.

Por outro lado, que pensa da resolução à escala planetária dos problemas ecológicos — que, antes de mais, são civilizacionais —, face a uma política de desenvolvimento, confirmada claramente pela Cimeira de Madrid, que define o primado dos mercados, o crescimento a qualquer custo e, tão — só, a competição com as outras grandes regiões economicamente importantes, os Estados Unidos e a Ásia? Estas são as questões que gostaria de ver comentadas na sua resposta.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Castro, em relação à escolha do momento da realização deste debate, devo dizer-lhe que ela nos é relativamente alheia. De facto, quando terminou o Conselho Europeu de Madrid, o Governo tomou a iniciativa de propor à Assembleia da República que o debate tivesse lugar na própria segunda ou terça-feiras passadas; o debate faz-se hoje e o Governo está presente da melhor forma que sabe e pode para corresponder ao desejo da Assembleia da República de participar no debate sobre a política externa e de construção da União Europeia. Além do mais, em mês e meio, este Governo veio aqui, seguramente, mais vezes apresentar e debater os temas da União Europeia do que não direi todos os seus predecessores juntos mas, pelo menos, uma boa parte deles!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Que falsidade!

O Orador: — Sr. Deputado, admito...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — É verdade, mas é só para cumprir um dever!

O Orador: — ... que seja uma forma de expressão o que estou a dizer, mas V. Ex.^a reconhecerá que há um esforço muito substantivo e palpável nessa direcção e que, embora possa não gostar, há uma diferença!

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Aliás, até pensamos que todos vamos beneficiar dessa diferença, já que o resultado não será exclusivo.

O problema da igualdade entre homens e mulheres está em tratamento para desembocar na temática da cidadania. Vamos, portanto, acompanhá-lo intensamente. Devo dizer à Sr.^a Deputada que é com muito gosto que lhe dou a seguinte informação: na Cimeira de Barcelona, o único Governo que colocou na mesa, no diálogo com os parceiros mediterrânicos, a problemática dos direitos das mulheres foi o português. Tenho muito orgulho nisso, porque esse é um tema que queremos colocar na mesa não apenas da União Europeia mas das relações entre a União Europeia e muitos dos seus parceiros.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — É um ponto absolutamente central do novo sistema internacional.

Quanto aos sinais de descontentamento, Sr.^a Deputada, registamos e procuramos compreender e definir terapêuticas que não só possam controlar as causas como também os efeitos. Naturalmente, não nos reconhecemos optimisticamente na Europa tal como ela funciona, mas consideramos que, dentro da Europa, temos um espaço, uma oportunidade e um dever para mudar a Europa. Esse é o nosso objectivo.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Nisso tem toda a razão!

O Orador: — Esse aspecto tem aplicação nas questões do ambiente, bem como nos problemas sociais, do desemprego, da pobreza, da exclusão e...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Da moeda única!

O Orador: — ... da reconversão de sectores economicamente mais atrasados. Portanto, estaremos atentos a esse *dossier*.

Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira, o Governo vai manter os compromissos de Portugal em relação aos cenários e calendários da moeda única; se outros governos admitem não o fazer, o nosso dever é fazê-lo.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Não nos reconhecemos numa política que, a esse propósito, possa dar sinais contraditórios e pensamos que o esforço de convergência é um verdadeiro imperativo para a estabilidade dos agentes económicos nacionais e dos investidores estrangeiros em Portugal. Dar um sinal de segurança nessa direcção é absolutamente imprescindível.

Não queremos ficar fora do processo de construção da moeda europeia, daí a necessidade de alguns ajustamentos, que VV. Ex.^{as} terão a oportunidade de debater na sequência do calendário parlamentar.

Sr. Deputado Jorge Ferreira, não concordo consigo na interpretação unilateral que faz da entrevista do Presidente Mário Soares. V. Ex.^a gosta de frequentar a realidade, como disse...

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — É verdade!

O Orador: — ... mas isso implica, seguramente, uma interessante expressão, na frase de Hegel, segundo a qual a leitura da imprensa era a oração matinal do espírito objectivo. V. Ex.^a não leu a entrevista de Mário Soares, leu um título, mas...

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Li, li! E hoje li-a toda outra vez!

O Orador: — ... se a ler toda, no próximo debate peçolhe que me cite a outra parte da entrevista do Dr. Mário Soares, isto é, aquela em que V. Ex.^a não se reconhece de todo, porque é a parte onde o Presidente da República exprime a sua confiança no projecto europeu, a sua determinação em ver a Europa, como espaço de liberdade e democracia, prosseguir um caminho de estabilização na vida internacional.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Mas eu disse que ele era um federalista e, por isso, insuspeito!

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo, Sr. Ministro.

O Orador: — Mas V. Ex.^a, Sr. Deputado Jorge Ferreira, também não pode citar abusivamente aquilo que considera citações de um federalista, porque, então, nesse caso,...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Acabou de citar o Sr. Ministro, um eurocéptico!

O Orador: — ... está a desvirtuar o pensamento autêntico desse autor.

O Sr. Presidente: — Atenção ao tempo, Sr. Ministro.

O Orador: — Em relação...

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, desculpe que lhe diga, mas não pode ser indiferente às minhas advertências.

O Orador: — Sr. Presidente, terminei.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — A palmeta fica de fora! Que pena!

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Gostaria de responder...

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rolando Gonçalves.

O Sr. Rolando Gonçalves (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, ouvi o seu discurso e, de facto, ouvi o ponto da situação, mas estava à espera de ouvir também uma visão estratégica e uma situação da presidência espanhola no contexto da construção europeia, o que não aconteceu.

Por outro lado, foram feitas referências à União Económica e Monetária, mas também não ouvi o Sr. Ministro pronunciar-se — e gostaria que me esclarecesse acerca desta matéria — sobre a necessidade de, neste momento histórico, se proceder a uma forte reafirmação do princípio da coesão económica e social. É que, sem a reafirmação deste princípio neste momento histórico da construção europeia, podemos ter a surpresa futura de um discurso fragmentado acerca de políticas comunitárias que coloquem em dificuldade o Governo português.

Passando a uma outra matéria directamente ligada a esta da coesão económica e social, consideramos de grande relevância a introdução no Tratado da União Europeia do princípio constante na Declaração Anexa sobre as regiões ultraperiféricas. E consideramos isto importante para introduzir também no Tratado uma verdadeira política global de combate às disparidades intra-regionais na Europa, que foi «cavalo de batalha» do anterior governo e que este Governo gostaria de ver assumida nesta Câmara.

O Sr. Presidente: — A Mesa foi informada de que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista cede 10 minutos do seu tempo ao Governo.

Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sá.

O Sr. Luís Sá (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, a primeira questão que quero colocar, para lhe dar oportunidade de voltar a um tema de grande relevância nacional que não foi abordado na sua

resposta de há pouco, tem a ver com o acordo sobre a palmeta, estabelecido esta madrugada.

Em primeiro lugar, tenho de reconhecer que este acordo, extremamente mau para Portugal, extremamente mau para a pesca de longo curso nacional, no fim de contas, é o resultado da política comum de pescas ao longo dos anos e da antecipação desta política, que, aliás, como deve ser devidamente sublinhado, o Partido Popular votou.

Entretanto, esta política levou, designadamente, a que a frota portuguesa tivesse sido reduzida em 37%, enquanto a da Espanha foi reduzida em 10% e a da União Europeia em 7%. Isto não significa, de forma nenhuma, que Portugal possa aceitar um acordo extremamente prejudicial e que foi qualificado pela Associação dos Armadores das Pescas Industriais como um acordo que poderia representar a destruição de pesqueiros, prejudicando quem os desobre, como um acordo que faz tábua rasa dos princípios que deveriam nortear a União Europeia e legaliza a arbitrariedade e a lei da selva dentro da União Europeia, como um acordo que premeia quem destrói os pesqueiros e prejudica fortemente um país como Portugal, que, historicamente, deveria ter 50% dos direitos de pesca e baixa dramaticamente para 28,2%.

A questão que lhe coloco, Sr. Ministro, é a de saber se, em consciência, pode dizer que fez todo o esforço diplomático, designadamente junto da Alemanha, que tem 3% das quotas de pesca, no sentido de garantir que não acabasse por ser aprovado um acordo que, como o próprio Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas reconheceu nesta Assembleia, constituiria uma grande derrota para Portugal e para os interesses portugueses.

A segunda questão que coloco é a seguinte: o Sr. Primeiro-Ministro referiu amplamente um mal-estar europeu antes da Cimeira de Madrid, mas, desta vez, o Governo regressou a Portugal e nem sequer tem uma encenação de medidas de combate ao desemprego e a outros dramas como a exclusão social. Sabemos bem em que resultaram as iniciativas locais de emprego ou outras medidas semelhantes que o Professor Cavaco Silva tanto propagandeou, na sequência de conselhos europeus anteriores, mas, neste momento, temos um fracasso praticamente total em relação àqueles que são grandes dramas da Europa que está a ser construída.

Uma outra questão diz respeito ao desempenho do Professor André Gonçalves Pereira, que V. Ex.^a elogiou, designadamente numa entrevista...

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: — Acabo já, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, numa entrevista ao jornal *Público* desta manhã, é referido o projecto do «núcleo duro», de raiz e intenção federal e tendo como critério a moeda única, na qual o Governo está tão empenhado, e em relação à política externa e de segurança comum, talvez por força dos grandes países motores da União, é referida uma orientação no sentido de ela passar a ser uma política comunitária decidida por maioria e não uma política intergovernamental. A questão que coloco é a seguinte: independentemente da qualificação técnica do Professor André Gonçalves Pereira, o Governo reconhece-se em posições deste tipo e continuará a manter à frente das conferências intergovernamentais uma orientação com a qual parece que, pelo menos pontualmente e em aspectos importantes, não está de acordo?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Luís.

O Sr. Carlos Luís (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, a bancada do Partido Socialista congratula-se pelo facto de, no comunicado final da Cimeira de Madrid, se ter feito alusão à causa de Timor. Assim, os 15 comprometem-se a apoiar todas as iniciativas na busca de uma solução justa, global e internacionalmente aceitável.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não podemos deixar passar em branco esta sensibilização por parte de V. Ex.^a e do Sr. Primeiro-Ministro em relação aos parceiros da União Europeia, pelo facto de ser a primeira vez que isso acontece e de tal alusão, que reputamos da maior importância, ter ficado contemplada no comunicado final.

Mas V. Ex.^a, Sr. Ministro, teve também conversações separadas com o seu homólogo holandês, assim como o Sr. Primeiro-Ministro, em relação aos trabalhos da Cimeira. Refiro-me, em concreto, à sorte ou destino dos timorenses e de alguns indonésios que ocuparam, pela primeira vez, a embaixada da Holanda em Jacarta, tendo V. Ex.^a responsabilizado energicamente a Holanda pelo destino desses timorenses, solicitando ao seu homólogo holandês que verifique no terreno os acordos entre a Holanda e a Indonésia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Assim, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, a pergunta que lhe formulo é a seguinte: que informações tem V. Ex.^a sobre a sorte desses timorenses?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, para responder a mais este bloco de pedidos de esclarecimento.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — O Sr. Deputado Carlos Luís sublinhou bem que o Conselho Europeu fez uma referência ao problema de Timor, o que acontece pela primeira vez e significa que este tema foi introduzido na agenda da União.

Em relação ao segundo problema que colocou, ou seja, a sorte dos timorenses e dos indonésios que estiveram envolvidos nesses acontecimentos, continuamos a manter o contacto que nos é possível, por meios diplomáticos, quer com organizações humanitárias quer com alguns países e a informação de que dispomos, que é sempre uma informação não «checada» por nós próprios porque não temos meios para o fazer directamente, para além do melindre da situação, é a de que alguns timorenses desejariam, porventura, sair da Indonésia e vir para Portugal. Pela nossa parte, temos montado um sistema para os acolher quando isso se puder concretizar.

Sr. Deputado Lalanda Gonçalves, na intervenção que produzi inicialmente tive o cuidado de sublinhar que, em matéria de alargamento, haverá, naturalmente, a colocação do problema das suas incidências orçamentais, assim como também está a ser estudado no âmbito das implicações que provoca em sede de políticas de coesão, o que é absolutamente importante.

Também a construção da moeda europeia coloca problemas de coesão no próprio plano monetário da ligação entre moedas que possam aceder primeiro e que possam aceder depois. É um ponto essencial, para nós, a circunstância de a agenda da CIG não ter sido fixada unilateral-

mente e apenas respeitando a matéria institucional, tendo a ver com essa problemática.

Como sabe, apoiamos o trabalho que tem vindo a ser feito no sentido de as regiões ultraperiféricas poderem vir a ter um reconhecimento tratadístico, o que, naturalmente, é a base para suporte de programas no âmbito dos programas de coesão e queremos continuar a trabalhar nessa direcção.

Sr. Deputado Luís Sá, quanto às opiniões do Professor André Gonçalves Pereira, quero dizer-lhe o seguinte: o Professor foi representante do Ministro dos Negócios Estrangeiros, aliás, de dois ministros de dois governos, no grupo de reflexão, mas o mandato do grupo de reflexão era um mandato livre e autónomo, isto é, os representantes no grupo de reflexão não obedeciam a instruções vinculadas dos governos, produziam, antes, um papel criativo, da sua própria responsabilidade e da sua própria reflexão. Por seu lado, a Conferência Intergovernamental decorrerá noutro âmbito, com mandatos vinculados.

Em relação ao problema das incidências no emprego, manifestamos a nossa insatisfação pela circunstância de a União Europeia não ter dado, em Madrid, um passo substantivo no sector das políticas de emprego. Vamos continuar a insistir nesse domínio e, aliás, o próprio Primeiro-Ministro português, António Guterres, contactou vários primeiros-ministros mais sensíveis a essa área, no âmbito da reunião, para a realização de encontros informais, com o objectivo de a temática do emprego ser relançada na União Europeia.

Na verdade, até aqui, a União tem protegido análises interessantes, mas medidas efectivas de política ainda escausseiam e é nessa direcção que desejamos seguir.

O último ponto que quero abordar — e aproveito para responder também à primeira pergunta do Sr. Deputado Jorge Ferreira, já que, há pouco, fui interrompido, e bem, pela Mesa — relaciona-se com as recentes negociações sobre atribuições de quotas de pesca e aí quero dizer que o Governo português votou contra. Portanto, somos contra a distribuição de quotas de pesca que foi realizada pela Comissão e no Conselho de Agricultura e Pescas votámos contra.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Não chega, Sr. Ministro!

O Orador: — Sr. Deputado Jorge Ferreira, não tenho a visão catastrofista que VV. Ex.^{as} têm, por razões políticas e de mercado eleitoral, em relação aos problemas da economia portuguesa.

VV. Ex.^{as} apresentam um cenário para a vida económica nacional que é de destruição sistemática, catastrófico, mas V. Ex.^a não consegue explicar como é que o produto interno português, nos últimos 30 anos, cresceu; como é que Portugal não desapareceu; como é que a economia portuguesa, apesar das dificuldades, se conseguiu adaptar aos desafios da globalização e da integração europeia.

Aplausos do PS e do PSD.

O Sr. Torres Pereira (PSD): — Até que enfim!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Não se abalance por aí, Sr. Ministro!

O Orador: — V. Ex.^a não conseguiu ainda explicar qual a razão porque Portugal não está «cortado a retalho», como acontecia com aquele bolo de *chantilly* da propaganda eleitoral do CDS...

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Era o bolo da noiva enganada!

O Orador: — Não está, nem vai estar! VV. Ex.^{as}, por razões de inserção no mercado político, produzem afirmações sobre o País que não são abonatórias daquilo que os portugueses são, como povo, e daquilo que a nação portuguesa foi, é e continuará a ser.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Os governos são outra coisa!

O Orador: — Portanto, Sr. Deputado Jorge Ferreira, é necessário saber onde termina a dramatização e onde começa a realidade responsável e o estímulo para a produção de soluções políticas alternativas e responsáveis. Nós estamos dispostos a prosseguir esse diálogo. O anti-europeísmo sistemático de VV. Ex.^{as}, o combate à liberdade de comércio, o combate à liberalização e à abertura dos mercados e à globalização da economia é um combate que travam contra o tempo.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Não é verdade!

O Orador: — E até lhe vou responder com um conservador americano, com uma frase de Newt Gingrich...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Não o cite mal!

O Orador: — VV. Ex.^{as} estão a proceder como aqueles que Gingrich satiriza quando diz: «esses são os que criticam tanto a indústria automóvel porque, se calhar, ainda gostavam de ser transportados de camelo».

Risos do PS.

Ou seja, V. Ex.^a tem um *parti pris* contra a modernização da economia porque não é capaz de responder ao desafio com uma terapia positiva de responsabilidade. É um desafio, é difícil, nós sabemos que há sectores que enfrentam dificuldades, mas pode crer numa coisa: a indústria conservera não desapareceu nem vai desaparecer e a pesca longínqua portuguesa também não!

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Vai pescar o quê?

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, terminou o seu tempo.

O Orador: — Sr. Presidente, peço uma tolerância.

Vai pescar, o que não acontecia até aqui, na base de uma quota, que nós reconhecemos que é má mas que dá estabilidade. Vê aumentada a possibilidade de pesca para a área do bacalhau...

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Com que quotas? Com as do anterior governo?

O Orador: — Com quotas que foram ampliadas. Como V. Ex.^a sabe, a negociação foi concluída ontem e à quota da palmeta, para os 16 navios portugueses, é adicionada uma quota, na Noruega, para o bacalhau e duas quotas em Svalbard e a quota NAFO. Estas duas últimas não sofreram alteração, não sofreram diminuição, e a quota na Noruega é aumentada em cerca de 13%, ou seja, 573 toneladas.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Então, porque votaram contra?!

O Orador: — Este conjunto permite não abater frota...

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Isso não é verdade!

O Orador: —... e que os armadores programem a sua actividade ao longo de um ano.

Mas, melhor ainda: queria dizer a VV. Ex.^{as} que nas quotas de pesca nas águas territoriais e nas 200 milhas portuguesas, que estiveram ameaçadas de fortes reduções, as reduções vão ser mínimas, na ordem dos 2% por razões de conservação biológica, pois também nos interessa proteger as espécies para poder continuar a pescar.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Isso já não tem nada a ver com a frota longínqua!

O Orador: — V. Ex.^a tem também de reconhecer que, por exemplo, em 1995, do conjunto de direitos de pesca nas águas costeiras e na zona económica exclusiva para as embarcações portuguesas, só 40% foram utilizadas pelos armadores nacionais, o que também, um dia, nos permitirá talvez debater de forma mais consistente o problema de saber se a crise da indústria pesqueira nacional assenta exclusivamente no problema das quotas ou assenta em outros factores que não têm a ver com elas.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Só nos faltava esta!

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, a tolerância tem limites. Não sou dono do tempo, o dono é o Regimento, pelo que lhe peço que termine.

O Orador: — Concluo já, Sr. Presidente.

O ano passado pescámos 1800t de palmeta e agora passamos a poder pescar 3122.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Na palmeta não é verdade!

O Orador: — Há um problema que V. Ex.^a tem também de reconhecer. No relacionamento e no tratamento preferencial que faz desta temática, um dia deverá concluir que é muito difícil negociar internacionalmente quotas prospectivas na base de alvos majestáticos quando os direitos face às quotas existentes não são utilizados.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, tem mesmo que terminar.

O Orador: — Espero que a colocação deste problema numa base realista seja satisfatória para todos.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, há mais três pedidos de esclarecimento mas, como V. Ex.^a já não tem tempo para responder, pergunto aos Deputados que os vão formular se cedem tempo para a resposta.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Fazem a pergunta e não querem resposta?!

Risos do PS.

O Sr. Francisco Torres (PSD): — Não preciso de resposta.

O Sr. Presidente: — O Partido Socialista cede cinco minutos ao Governo, para responder.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Torres.

O Sr. Francisco Torres (PSD): — Sr. Presidente, de facto, tinha algumas perguntas para fazer ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros mas, como vou fazer uma intervenção final, deixarei essas perguntas para esse momento.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sempre faz perguntas!

O Orador: — Aliás, prescindo dessas perguntas porque o Sr. Ministro não tem mais tempo.

No entanto, não gostaria de deixar de assinalar, com muito agrado, a intervenção de há pouco do Sr. Ministro. É que V. Ex.^a, Sr. Ministro, vem reconhecer aqui, nesta Assembleia da República, que a política económica, em matéria de convergência, nos últimos três anos, foi correcta. Fê-lo de maneira brilhante, por isso a nossa bancada o aplaudiu, e, por isso também, não preciso da resposta de V. Ex.^a. Todavia, gostaria de sublinhar esse facto porque o partido que apoia agora o Governo de V. Ex.^a foi muito crítico relativamente a essa política de convergência que agora toma como um dado.

Assim, deixaria já esta reflexão: dado que comungamos dos mesmos objectivos relativamente à necessidade de convergir, de fazer a reforma das instituições para acabar com a inflação, os desequilíbrios orçamentais e a dívida pública, dado que este Governo está empenhado na moeda única — agora calendarizada de moeda irreversível —, se o Governo não cumprir os prazos e calendários da moeda única tirará daí as ilações devidas?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, também para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Henrique Neto.

O Sr. Henrique Neto (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro Jaime Gama, não será necessário ter muita imaginação para definir a questão do emprego como um dos problemas principais, se não o principal, do Governo a que V. Ex.^a pertence.

Por força dos atrasos históricos do nosso desenvolvimento e também por inépcia dos governos de Cavaco Silva, os trabalhadores portugueses encontram-se profundamente impreparados para afrontar o mercado global em que mergulhámos. A nossa agricultura e a nossa indústria apresentam fragilidades por demais evidentes e, principalmente, não possuímos suficientes produtos desejáveis nos mercados internacionais, pelo que receamos pelo crescimento do desemprego.

Entretanto, nas conclusões do recente Conselho Europeu de Madrid, constatámos que, apesar de tudo, existem alguns objectivos de combate ao desemprego que gostaríamos de ver levar à prática com urgência, ainda que seja importante chamar a atenção para o facto de as condições de combate ao desemprego em Portugal não serem as mesmas da generalidade dos países europeus.

Na Europa, muito do desemprego resulta, em grande medida, do progresso industrial enquanto que, em Portugal, é a consequência do fraco desenvolvimento da nossa indústria. Por isso, entre nós, a qualificação dos recursos humanos e a batalha pelo saber é a melhor via para acrescentar valor e dignidade ao trabalho e, ao mesmo tempo para evitar o crescimento do desemprego, batalha que o PSD perdeu sem honra e sem glória porque, na realidade, como a Sr.^a Ministra para a Qualificação e o Emprego ainda esta semana bem demonstrou na Comissão de Trabalho, Solidariedade, Segurança Social e Família, foram des-

perdiçados milhões de contos por ausência de uma estratégia de qualificação dos recursos humanos.

Se alguma dúvida existisse sobre este facto bastaria ter assistido à última reunião da Comissão de Trabalho, Solidariedade, Segurança Social e Família para verificar que a qualificação dos recursos humanos e a formação profissional era, e é, o menor dos problemas do PSD, porque aquilo que motivou, na Comissão, os Srs. Deputados do maior partido da oposição foram os ataques deselegantes e insidiosos à Sr.^a Ministra, da mesma forma que no passado aquilo que os motivou a usar o Fundo Social Europeu foi a manutenção do poder a todo o preço, comprando para isso todo o apoio político que lhes foi possível. Tenhamos a clareza e a hombridade de o reafirmar!

Aliás, pelo que se passou nessa Comissão, queremos saudar a Sr.^a Ministra, da mesma forma que lhe gabo a coragem de ter «despedido», depressa e bem, um conjunto de pessoas não qualificadas e pouco competentes que eram a frustração de quantos — e são muitos —, em Portugal, reivindicam e trabalham por uma formação profissional competente digna e séria.

As minhas duas perguntas são as seguintes: considera que, do Conselho de Madrid, resultou uma vontade real de combater o desemprego na Europa ou trata-se apenas, mais uma vez, daquele *lip service* em que o Conselho é perito? Pensa o Sr. Ministro que, depois dos anos perdidos em termos de formação profissional, podemos ainda contar com o apoio da União Europeia para obter os recursos que o nosso maior atraso na qualificação dos recursos humanos justifica?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para responder.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Torres, na verdade V. Ex.^a não só lançou um desafio como, atrever-me-ia a dizer-lhe, induziu uma conclusão. Penso que o seu desafio está correcto, é merecido e está aceite, mas julgo que se vai enganar quanto à conclusão. Todavia, se se enganar, sei, pelas suas convicções, que ficará feliz, porque triunfou um caminho certo. Portanto, será uma expectativa que V. Ex.^a não poderá conjugar no plano das suas expectativas políticas e económicas, pois o que lhe agradar economicamente será para si uma frustração política e vice-versa.

Sr. Deputado Henrique Neto, V. Ex.^a acentuou bem um ponto. Uma das formas efectivas que a União Europeia, no âmbito das suas políticas, tem para contrabalançar o desemprego é a utilização dos mecanismos de coesão para a valorização e para a formação profissional. Na verdade, esse é um dos domínios onde o nosso País pode e deve beneficiar do apoio europeu e V. Ex.^a não ignora que o actual Governo, a esse propósito, tem tomado medidas que se destinam, precisamente, a recolocar no âmbito certo a aplicação adequada de recursos indispensáveis para o País enfrentar a competição externa num âmbito de globalização da economia. Concordo inteiramente com V. Ex.^a.

O Sr. Presidente: — Terminado o período destinado aos pedidos de esclarecimento e respectivas respostas, segue-se o período de intervenções. Inscreveram-se, para esse efeito, os Srs. Deputados Carlos Encarnação, Paulo Portas, Medeiros Ferreira e Luís Sá.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Embora o PSD tenha procurado satisfazer aquilo que era o desejo manifesto do Sr. Primeiro-Ministro, enquanto Deputado, o Partido Socialista não o permitiu. Continuamos, pois, a efectuar um debate, como S. Ex.^a disse em 7 de Julho de 1994, com regras feitas para a maioria e em seu benefício, onde tudo está a favor do Governo.

Mas, na certeza do descontentamento e da concordância do Sr. Primeiro-Ministro com o que defendo, vamos mesmo assim participar nesse debate, honrando a presença do Governo. Se outras razões não existissem, o respeito que devemos à instituição parlamentar e o interesse nacional da matéria em análise seriam suficientes para a nossa interessada participação.

Se nos dermos ao trabalho de ler as intervenções parlamentares do actual Primeiro-Ministro nos vários debates que se realizaram nesta Assembleia durante os mandatos dos governos do PSD, verificamos que quase todos eles contêm abundantes referências ao que une PS e PSD quanto à Europa: que a Europa é o lugar de Portugal no mundo; que é na construção activa da União Europeia que esse lugar se exprime; que se rejeita a Europa a duas velocidades; que se rejeita a Europa onde os cinco maiores sacrificarem os demais aos seus interesses; que a solidariedade para com os países mais pobres é essencial, ou ainda que «se façam, para o interesse vital do nosso País, por razões de melhoria das condições de vida dos portugueses e da capacidade de concorrência da nossa economia, uma adesão, tão cedo quanto possível, à União Económica e Monetária, uma integração, tão cedo quanto possível, do escudo no mecanismo de câmbio do sistema monetário europeu...».

Há ainda a coincidência de posições «quer na defesa, por parte do PS europeu, do Pacote Delors II, quer na defesa do princípio de que o alargamento a outros países da Comunidade só seria possível a partir do momento em que se esclarecessem as perspectivas financeiras para os próximos anos ...».

E mesmo em relação ao enquadramento da nossa participação na Europa é comum ver referências à concordância com a nossa afirmação de sempre. Estamos na Europa, mas ela não é o nosso único destino histórico. Não podemos virar as costas à nossa vocação atlântica. A inserção na Europa é uma forma de valorizar a nossa própria capacidade de afirmação universal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não seria pensável abraçarmos a Europa sem perder de vista a nossa ligação à África e à América do Sul e a nossa histórica influência mediterrânea. Sempre ouvimos expressões de assentimento às palavras que deixámos nesta Assembleia, constituindo provas do nosso próprio empenhamento na dimensão extra-europeia de Portugal ou no particular papel que entendemos nos dever caber no diálogo entre o Norte e o Sul.

É por este conjunto de razões que a matéria europeia sempre foi uma área de consenso substancial entre o PS e o PSD. O que o Partido Socialista aproveitava para denunciar o seu afastamento era a postura perante as instituições europeias ou a própria União e as características da política económica do anterior governo perante as demais economias europeias.

Mas o Partido Socialista deve ter perfeita consciência, hoje, do manifesto exagero das posições assumidas no de-

curso de todo este tempo. A posição dos governos do PSD demonstrou um entendimento correcto da nossa participação na União Europeia, sendo sempre inquestionáveis defensores dos valores primeiros que a Europa oferece ao mundo, quer quanto ao humanismo, quer quanto à defesa do Estado democrático, quer quanto ao constante apelo à afirmação dos direitos humanos e que dão consistência à união política, mas também sempre com a perfeita noção de que estar na Comunidade Económica corresponde a um esforço constante de negociação. E, aí, convenhamos, nem sempre o Partido Socialista esteve de acordo connosco, mais, porventura, por necessidade de se afirmar como partido da oposição do que como reflexo do verdadeiro interesse nacional.

Os governos anteriores foram, sucessiva e injustamente, acusados de alinharem com posições minoritárias críticas dos objectivos da União, primeiro, ou de apresentarem uma imagem de bons alunos e de fiéis cumpridores de quanto os nossos deveres nos impunham, depois.

O PS não pareceu dar mostras de compreender que a posição portuguesa, como a de qualquer outro Estado membro, deve subordinar-se a um princípio fácil de intuir, que é o, de participando no esforço de construção da Europa, preservar a cada momento o seu interesse próprio.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O que significará, porventura, modificar o seu comportamento, de acordo com as circunstâncias e os objectivos a atingir, encontrando os aliados preferenciais em cada momento, para conseguir vencimento das suas teses.

E se fizermos uma análise do nosso percurso nos últimos anos, assistimos a claríssimos resultados positivos da actuação portuguesa. Logo, na aprovação do pacote Delors II, em Edimburgo, que constitui um instrumento fundamental para o apoio ao desenvolvimento; depois, na dificílima negociação da repartição dos fundos estruturais entre os quatro países da coesão, e, ainda, nas negociações do Uruguai Round, em particular, na questão dos têxteis, na qual o governo anterior manteve um contínuo esforço de defesa do sector.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Esforço tão significativo — note-se — que, na fase crucial das negociações, foi forçado a invocar o interesse vital, conseguindo uma viragem importante nos resultados finais do Uruguai Round quanto ao acesso aos mercados e às suas regras e disciplina.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, ou mais proximamente, na questão das pescas, em que, no último problema levantado, Portugal conseguiu um acordo que parecia impossível de obter.

Como várias vezes repetimos, a integração europeia tem de significar, para os portugueses, progresso económico e social. É uma obrigação fundamental a que os governos estão permanentemente vinculados e, principalmente, nada se pode fazer, nenhum esforço negocial será bem sucedido, se a imagem de credibilidade que, hoje, o estado português detém for abalada.

São alguns dos comissários europeus que reconhecem essa credibilidade. De outro modo, seria impensável que o Sr. Bruce Milan viesse dizer que, «nos últimos cinco anos,

Portugal manifestou uma capacidade invulgar na implementação dos programas dos processos CFS» ou que a Sr.ª Wulf-Mathies afirmasse que «Portugal tem um comportamento bastante bom quando comparado com os números da União Europeia e está a usar as ajudas dos fundos de forma eficaz».

Tentar denegrir o anterior governo para mostrar as eventuais diferenças é uma atitude francamente censurável, porque, se pode causar dano ao bom nome de pessoas e instituições, prejudica muito mais fortemente o próprio Estado português.

Mais importante será tentar fazer mais e conseguir melhor. Até porque os últimos anos, designadamente os anos de 1992 e 1993, foram anos de crise sem precedentes em toda a Europa, como muito bem lembrou o actual Ministro dos Negócios Estrangeiros em 20 de Janeiro de 1994, neste Parlamento, e os dois anos seguintes foram necessariamente influenciados por este momento negativo.

Mas, como dizímos, o Partido Socialista esteve também contra a política económica dos governos anteriores. Porque? Porque, no essencial, a identificava com o recurso à política da mão-de-obra barata e da ausência de coordenação eficaz da formação e do esforço produtivo ou porque entendia que o rigor económico era um vício assumido.

Recordo-me do discurso do Sr. Primeiro-Ministro na apresentação do Programa do Governo, no qual se confrontava com os principais problemas portugueses e, ordinariamente, concluía que se tratava de trabalho para uma ou mais gerações. Seria profundamente injusto que o Partido Socialista exigisse que fosse de maneira diferente.

Tem-se tratado de modificar um país, de lhe dar condições estruturais e infra-estruturais de desenvolvimento. É perfeitamente natural que os resultados se não procurem no dia seguinte. A herança que o Governo socialista recebe é hoje uma herança rica. Por isso, talvez a tendência, que é comum a qualquer herdeiro endinheirado, para a prodigalidade.

Mas, neste capítulo da construção europeia, estamos a falar de realizar simultaneamente a União e a Coesão. É um direito que nos assiste enquanto coparticipantes solidários nos riscos e cumpridores de obrigações comumente assumidas e não se trata apenas de gerir as dívidas dos mais ricos dos nossos parceiros, estamos também a contribuir com o nosso esforço para o investimento e para o seu resultado.

É talvez por isso que, para nós, a União é um pressuposto e que a Coesão é um objectivo necessário. Só as duas permitirão dar outra moldura económica ao tecido produtivo português, densificá-lo e modernizá-lo, diminuir as diferenças e garantir o progresso.

É neste sentido a nossa aposta na Europa. Porque a nossa aposta na Europa é essencialmente uma aposta nos portugueses, para nela afirmarem a sua própria capacidade e quem queira este resultado não pode iludir as expectativas nem inventar a riqueza que não há, nem prometer, com facilidade, este mundo e o outro. A economia portuguesa é frágil, está a tratar de se robustecer. Que ninguém pense que ficar fora dos critérios de convergência corresponderá a qualquer cura milagrosa.

Outro caminho, aliás, conduzirá a uma recaída sem remédio.

Este semestre de Presidência espanhola foi um período de profunda dificuldade nas matérias europeias. Logo, porque se tratou de um momento de refluxo do ideal europeu, não só porque a crise continuou a marcar os aspectos essenciais das economias europeias e a recuperação económica apenas deu sinal de uma leve animação, mas ainda

porque se deu conta de uma grande instabilidade social em vários países europeus, que colocaram em causa os resultados da construção até agora efectuada.

Foi, aliás, esta mesma imagem que levou vários europeus convictos a reflectirem sobre a Europa que se pretende e a Europa que até agora se obteve.

Acontece que os grandes sacrifícios da recuperação dos países do centro europeu se cumpriram há muito tempo e já não tem lugar a sua recordação. Para os europeus de hoje, a política do sacrifício pelo futuro resulta pouco menos que incompreensível. A ligação à posse de bens materiais faz da dificuldade do seu processo aquisitivo um profundo valor simbólico e do seu número e valor um traço distintivo na sociedade. E daí que a direita extrema cavalgue estes sentimentos e procure ser a resposta contra a insatisfação e contra a Europa.

É por isso, certamente, que o Dr. Mário Soares confessa que estamos perante uma Europa decepcionante. Mas decepcionante ainda, porque, segundo ele, todas as ideologias mais significativas se encontram em crise. Diz ele: «o comunismo foi embuste, um fracasso total; o neoliberalismo está esgotado e não tem capacidade de responder aos anseios sociais do mundo de hoje; a social-democracia (leia-se socialismo), tendo embora realizado avanços sociais importantes, também se apresenta como um modelo em crise».

Porque seria mais fácil, porventura, mas confessasse-se ilegítimo e demagógico, imputar às soluções não socialistas toda a responsabilidade desta situação. Seria, por exemplo, extremamente recompensador para um intelectual socialista concluir que as coisas não correram bem no Reino Unido porque o Thatcherismo deixou as marcas que ainda condicionam as opções políticas, ou que, em Portugal, o governo anterior foi o autor da agudização dos problemas.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Já teve um rebate de consciência!

O Orador: — Mas o que se pode, então, dizer-se do que se passa nas soluções socialistas da Grécia, que a deixaram no mais profundo letargo ou retrocesso no conjunto da União?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ou mesmo da solução socialista espanhola, que continua a oferecer o espectro de um desemprego de 20%? Ou, desgraça das desgraças, da França de Mitterrand, onde o povo de esquerda, como diz Alain Bihl, encontrou a duplicação do desemprego nos dois últimos mandatos daquele Presidente, a condução musculada das reestruturações industriais, a desregulamentação acentuada do mercado de trabalho e a multiplicação da precarização crescente do emprego, a revisão, por baixo, das prestações sociais, acompanhada do aumento contínuo das quotizações, a desindexação dos salários sobre os preços, o agravamento geral das desigualdades sociais?

Não parece haver outro caminho para um pensador que tenha em conta a honestidade dos seus juízos do que reconhecer um estado de fracasso generalizado da maior parte das soluções encontradas. Não é hoje possível culpar apenas uma fórmula de pensamento político. Várias delas, perante problemas comuns, tiveram resultados próximos nas reacções populares, sendo certo, todavia, que as políticas de rigor económico sempre se diferenciam das demais, pela saúde que deixam aos Estados e pela possibilidade de manter um horizonte de crescimento.

Se Portugal não tivesse hoje um nível de inflação tão baixo, seria impensável a anunciada descida da taxa de juro. Se Portugal não exibisse um défice público, em 1995, inferior ao estimado não seria antevísvel a sua contínua baixa, sem grande e incomportável sacrifício. Se Portugal não tivesse mantido uma notável estabilidade na economia e uma saudável resistência à crise, não seria possível prever um crescimento da ordem dos 3%, em média, nos próximos anos.

Este semestre da Presidência espanhola foi também e em consequência, do ponto de vista geral, um momento de reflexão. Do ponto de vista português, uma tenaz luta pela recuperação económica. Do ponto de vista da União Europeia e dos interesses portugueses em concreto, o panorama foi mais preocupante para nós.

Esperava-se que, em nome da solidariedade, a Presidência espanhola nos pudesse beneficiar. Pelo contrário, assistimos a crises graves, desencadeadas nas políticas agrícola e das pescas, que nos mantiveram sempre sob a ameaça da redução de quotas de produção ou de captura. Foi necessário um grande esforço negocial para mantermos as nossas posições e defendermos o interesse nacional.

Hoje, finda a Presidência, realizado o Conselho de Madrid, convém fazer um balanço geral, que abrange outros problemas que, na definição do nosso futuro na União, são por demais importantes. Não se esboçou na reunião de Madrid qualquer reforma da política agrícola comum que nos tranquilizasse; não se aprovou, como era esperável em relação às recomendações das anteriores cimeiras, a criação de qualquer linha especial para a promoção do emprego ao nível das iniciativas de desenvolvimento local; não se indiciou o estudo aprofundado do alargamento e das suas implicações; não sabemos o que se passará com a política de fundos, de financiamentos, dos recursos próprios, da política comercial (designadamente nas concessões comerciais aos países de Leste); não se avançou nada, num tema que é tão caro ao Sr. Primeiro-Ministro, como o da política de segurança e combate à droga.

É por isso que, neste conjunto de matérias, a Cimeira de Madrid não é particularmente tranquilizadora para Portugal. Mas já são particularmente significativas as conclusões que implicam a calendarização das opções essenciais de consolidação da União Económica e Monetária. A fase de adopção da moeda única terá início em 1 de Dezembro de 1999 e é declaradamente assumida a irreversibilidade do processo.

É certo que as conclusões obtidas no decurso da Presidência, quanto aos países da bacia mediterrânea, são importantes, como não deixa de ser sintomático que a ideia tivesse sido lançada na presidência portuguesa.

Também as conclusões obtidas no acordo com o Mercosul são auspiciosas e é para nós portugueses grato lembrar que o primeiro encontro CE-Mercosul foi organizado por nós, em Guimarães, em 1992.

É, todavia, conveniente recordar que os dois eventos apenas anunciam um conjunto de oportunidades novas e que exigem uma redobrada atenção a sectores vulneráveis à competição mais aberta. O desafio essencial virá aí e consiste em trabalhar com muito cuidado os resultados da Cimeira, uma vez que eles se não produzem de forma automática.

Ao País é lícito esperar do Governo objectivos claros, rigor e resultados. Por nossa parte, a oposição que fizermos será sempre patriótica e em nome do futuro de Portugal.

Applausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Não havendo pedidos de esclarecimento, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Não foi dito nada, não há nada para perguntar!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, não posso deixar de começar por dizer uma palavra em relação à questão da negociação das quotas da palmeta, para não deixar que se incorra num erro de apreciação, no qual, do meu ponto de vista, infelizmente, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros lavrou.

Objectivamente, a repartição das quotas é uma derrota; objectivamente, tínhamos direito a mais de 50% desta quota de palmeta e acabamos com menos 30%. E, Sr. Ministro, queria dizer-lhe, com a mesma sinceridade com que sou capaz de apoiar o Governo quando defende bem os nossos interesses — mas também sou capaz de o criticar quando não os defende, que foi o que aconteceu —, que razão tínhamos nós quando pedimos a V. Ex.^a que viesse à Assembleia, juntamente com o Sr. Ministro da Agricultura, porque o problema não era apenas do Sr. Ministro da Agricultura. O problema era também de diplomacia e muito sério.

O que esteve por detrás deste acordo foi um abuso da Presidência espanhola e uma manipulação feita pela Presidência espanhola da Comissão Europeia e, em particular, da Comissária Bonino.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Era um problema político e diplomático, de que V. Ex.^a se devia ter encarregue e não encarregou. É por isso, Sr. Ministro, que dizemos que Portugal não fez o suficiente. O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros não fez o suficiente, não fez o que devia ter feito, e não me venha dizer que, no ano passado, só pescamos 1800t de palmeta, porque, no ano passado, só pescámos essa quantidade porque houve a chamada «guerra da palmeta» e se andou aos tiros no noroeste atlântico. Como o Sr. Ministro sabe, estávamos em condições de pescar as 11000t, a totalidade da quota europeia, em três meses, e o problema é continuar-se a não se licenciar navios para aquela zona, enquanto a Espanha, anualmente, o faz, o problema é que, uma vez mais, a União Europeia e a Comissão Europeia premiaram uma pesca irresponsável, que é a dos espanhóis, e castigaram uma pesca responsável, que é a dos portugueses.

Aplausos do CDS-PP.

Queria também chamar atenção do Sr. Ministro, para que fique sob registo, que esta questão demonstra, uma vez mais, a insensatez das votações por maioria, tal qual estão configuradas nos tratados. Peço-lhe que reflecta — e faço-o com solidariedade nacional — na possibilidade de, na revisão dos tratados, as votações de questões concretas por maioria exigirem, pelo menos, o consenso das partes interessadas. Como sabe, nesta questão, só estavam três Estados interessados e, se se exigir, pelo menos, o consenso dos Estados interessados, o carácter negativo e prejudicial das votações por maioria será atenuado.

Queria também dizer-lhe que lamento — porque sou capaz de criticar a Comissão Europeia, como sou capaz de criticar os portugueses quando não fazem o que devem

nessa matéria, e fá-lo-ia relativamente a qualquer um dos Deputados do meu partido — que, dos 24 Deputados europeus portugueses que, na sexta-feira passada, tiveram de votar o acordo precedente entre a União Europeia e o Canadá, 20 estivessem ausentes da sala do Parlamento Europeu e não tivessem votado. Estavam presentes três Deputados do Partido Popular e um da CDU, os restantes 20 estavam ausentes!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Se estivessem presentes, o acordo não teria passado, porque foi aprovado com 21 votos a favor.

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Ministro, vou passar à Cimeira de Madrid para lhe dizer que penso que V. Ex.^a e o Sr. Primeiro-Ministro participaram naquilo a que eu chamaria o «euromasoquismo». VV. Ex.^{as}, em matéria de moeda única, de União Económica e Monetária, acertaram a data mais apertada, os critérios mais rígidos, não admitem a discussão da União Económica e Monetária na revisão de Maastricht e ainda por cima não admitem o referendo sobre a moeda única. Em suma: data rígida, critérios ortodoxos, irreversibilidade, ou seja, não há discussão no Tratado e não há referendo sobre a moeda única.

Desculpe que lhe diga, os senhores «meteram a cabeça no cavadafalso» e abdicaram de toda a liberdade nacional, que, do nosso ponto de vista, faz parte da essência de um Estado-Nação que seja modernamente soberano. Os senhores não previram margem de recuo nem de negociação e cederam completamente às determinações da Alemanha.

No que toca à magna questão do emprego, que é talvez a questão central quer para uma direita social como a do Partido Popular quer, presumo eu, para um homem de esquerda como o Sr. Ministro, vou hoje, nesta Câmara, socorrer-me não das minhas ideias mas das análises feitas num estudo extraordinariamente bem elaborado, em termos técnicos — sou isento para o dizer, porque o pressuposto do estudo é pró-Maastricht, mas também sou capaz de dizer que o seu autor principal tem uma competência técnica reconhecida —, sobre a evolução do desemprego em Portugal com a política da moeda única. Esse estudo é de circulação reservada, tive alguma dificuldade em o obter e comprehendo agora, aliás, por que razão ela é reservada.

Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, o autor do estudo é o seu colega Dr. João Cravinho, também Ministro, foi realizado em Maio de 1995 e financiado pela Comissão Europeia através da DGV.

Neste estudo, a primeira grande conclusão é a de que há três cenários possíveis e prováveis para o ano 2000, expressamente admitidos pelo colega de V. Ex.^a, assumindo-se plenamente a influência que a União Económica e Monetária tem na questão do emprego. Esses cenários são os seguintes: no ano 2000 teremos 640 000 desempregados; no ano 2000 teremos 680 000 desempregados; no ano 2000 teremos 780 000 desempregados. O que significar 13%, 14% e cerca de 16% de desempregados, expressamente admitidos pelo colega de V. Ex.^a.

Isto quer dizer, tão simplesmente, socorrendo-me de uma técnica do anterior líder da oposição e actual Primeiro-Ministro, que, se o Dr. Cavaco Silva há-de levar para a História, em três anos, o facto de ter criado 200 000 desempregados, VV. Ex.^{as} arriscam-se, por continuarem a política da moeda única, terem critérios ortodoxos e datas rígidas, a le-

var para a História mais 300 000 ou 400 000 desempregados. O que significa, Sr. Ministro, que a política da moeda única pode custar aos portugueses 250 desempregados/dia, nos próximos quatro anos, e implica que, em particular em relação aos jovens, uma vez que estes apresentam o dobro da taxa de desemprego média, V. Ex.^a poderá arriscar-se a ter cerca de 30 jovens em cada 100 no desemprego. Isto é inaceitável como política, Sr. Ministro! Isto não está certo!

De tal forma expressamente o admite o autor do estudo, que ele diz: «Existe uma ameaça de desemprego que pode perfilar-se acima de 10% no fim da década. Não podemos substimá-la». VV. Ex.as estão a substimá-la, porque não bastam declarações retóricas sobre o emprego, é preciso fazer uma política consequente de crescimento para o permitir e é essa política que não é consentida pelos critérios da União Económica e Monetária.

Devo dizer-lhe, aliás, que nesse mesmo estudo se declara objectivamente que «a agricultura e a indústria serão (...), em qualquer circunstância, em qualquer cenário previsto, (...) destruidores líquidos de emprego, variando apenas o ritmo dessa destruição». Assim, temos razão quando afirmamos que estamos a transformar-nos num país de serviços, cada vez menos capaz de produzir, em termos de sectores produtivos dinâmicos e competitivos.

A terceira conclusão — com toda a razão, não era preciso ser o colega de V. Ex.^a a dizê-lo, pois também o assessor do Sr. Presidente da República, Ferreira do Amaral, irmão do ex-ministro, o afirmou recentemente — é esta: «O combate ao desemprego e à inflação poderão ser conflituais, o combate à inflação como objectivo único perdeu sentido». Mas logo a seguir reconhece o colega de V. Ex.^a: «Aproximando-se a terceira fase da União Económica e Monetária, o combate à inflação terá maior prioridade do que o crescimento e o emprego».

Conclui ele — Sr. Ministro, não sou eu quem o diz mas, sim, um colega de V. Ex.^a, reputado, conceitudíssimo e que é Ministro do seu Governo: «Se a política macro-económica aceitar que os objectivos de convergência nominal devem ter toda a prioridade, corre-se o risco de um elevado desemprego; se a política macro-económica for conduzida de modo a controlar o desemprego, corre-se o risco de não haver condições para participar no primeiro pelotão da moeda única». Ora, isto é exactamente o que nós dizemos: ou se vai pelo emprego, e temos de atrasar a data da moeda única; ou se vai pela moeda única, e criamos desemprego, Sr. Ministro.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira terminar.

O Orador: — Termino já, Sr. Presidente.

Talvez o detalhe mais interessante deste estudo seja o facto de o Eng.^o João Cravinho dizer que, entre 1995 e 2000, a economia portuguesa ainda terá um último respiro antes do grande embate, no próximo milénio, da concorrência global. O que lhe estou a dizer é que o Sr. Ministro, ao concordar com as datas, os critérios e a ortodoxia do Bundesbank em relação à União Económica e Monetária, não assinou o último respiro mas, sim, o último suspiro da hipótese de termos uma economia privada sólida, competitiva e capaz de nos fazer um Estado verdadeiramente soberano no concerto das nações europeias e na União Europeia.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro, permita-me terminar com este detalhe: VV. Ex.as assinaram, em Madrid, uma frase curiosís-

sima nas conclusões do Conselho, como quem passa um «raspanete» às nações europeias. Diz-se que: «o nome da moeda única, euro, será a sua denominação completa e não um simples prefixo a antepor às denominações das moedas nacionais». Sr. Ministro, prefixo vai ser V. Ex.^a, quando houver moeda única. Para nada interessará o Ministro dos Negócios Estrangeiros ou o Ministro das Finanças, no dia em que ela existir. Teremos um prefixo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, um prefixo de Ministro das Finanças, um prefixo de Governador do Banco de Portugal e um prefixo de Primeiro-Ministro!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Medeiros Ferreira.

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Governo está presente para dar seguimento ao disposto no artigo 3.^o da Lei n.^o 20/94, sobre o acompanhamento e apreciação pela Assembleia da República da participação de Portugal no processo da construção da União Europeia, segundo o qual se deve «(...) realizar para esse efeito um debate com a presença do Governo no decurso de cada presidência do Conselho Europeu».

Neste caso concreto, o Governo só é responsável por cerca de dois destes seis meses em apreciação. Mas diga-se desde já que este Governo enviou, em devido tempo, a documentação sobre as conclusões da Cimeira de Madrid, o que nos permite ter este debate bem fundamentado.

Na minha opinião, a alternância democrática operada nas eleições do passado dia 1 de Outubro já foi, em parte, um julgamento sobre o modo como o governo de Cavaco Silva conduziu Portugal no processo de integração europeia. No entanto, a crítica do soberano não se fez num sentido radical perante a delicada questão europeia. A sua opção foi a de entregar a gestão dos nossos compromissos europeus a quem, sendo genuinamente pela União Europeia, não a observa como um dogma religioso ou um paradigma científico mas, antes, pretende desenvolver uma acção correctora no sentido de fazer subordinar as questões económicas e financeiras à justiça social e ao simples bom senso político.

Isso mesmo foi entendido pelo Governo da nova maioria que, através do Primeiro-Ministro e dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, entre outros, se colocou noutra postura mais desinibida perante uma certa dogmática propagandística que envolve o necessário percurso da União Europeia.

De facto, há uma formidável máquina de propaganda a favor de uma só via para a União Europeia que está a prejudicar o bom entendimento da gestão política conducente à União Económica e Monetária e à própria União Política.

Já escrevi num jornal, aquando da tomada de posse do actual Governo, que este chegou ao poder um tudo-nada antes da emergência de vias críticas responsáveis sobre uma certa fuga para a frente que se pressente nas actuais estruturas de poder comunitário. Dizia eu: «Ora, o Partido Socialista chega ao poder em Portugal antes de a esquerda europeia e de certos Estados enquanto tais terem conseguido produzir um discurso crítico credível aos actuais imperativos monetaristas assinados por mestres e alunos em Maastricht. Estou certo que essa onda crítica responsável chegará, mas, até lá, será muito difícil o desempenho

cabal do Governo da nova maioria presidido por um homem de vontade como é António Guterres».

Mesmo assim, este Governo já conseguiu demonstrar — e todos os europestas convictos devem estar satisfeitos — que podem haver diferenças de comportamento perante o desafio comum de construir a Europa.

As críticas públicas de alguns ministros à actuação de um ou outro comissário em concreto não devem ser confundidas, como aqui já foi feito, com uma crítica global à Comissão, órgão da Comunidade que nos merece o maior apreço.

Mas não são de admitir atitudes como as da Comissária Bonino, por exemplo, que nem sempre ouve as suas próprias direcções-gerais para preparar as suas propostas negociais enviadas ao Conselho. Talvez por isso se possa ler na página 16 da versão portuguesa das conclusões da Cimeira de Madrid o seguinte: «enquanto em relação à agricultura, o Conselho Europeu se congratula com o avanço dos trabalhos relativos às reformas das organizações comuns de mercado, já no que diz respeito às pescas, o Conselho Europeu apenas tomou nota do facto de os trabalhos do Conselho terem permitido dar cumprimento integral ao mandato do Conselho Europeu de Essen, no sentido de se conseguir a plena integração da Espanha e de Portugal na política comum de pescas».

Esta parte do mandato do Conselho Europeu dado em Essen não é da responsabilidade do actual Governo. No entanto, estamos preocupados com a descida vertiginosa de iniciativas legislativas da Comissão, durante o ano de 1995, o que demonstra que o maior perigo não reside numa excessiva integração mas, provavelmente, numa paralisia gradual do projecto europeu. Na verdade, há duas maneiros de terminar com o projecto europeu e de dar aos grandes países um papel selvático na ordem internacional: ou através do fundamentalismo federalista, ou através das críticas nacionalistas e agressivas que se fazem ouvir em vários países da União Europeia. Talvez por isso o lema do Programa da Comissão para 1996, apresentado ao Parlamento Europeu, seja «Agir menos para agir melhor».

Agir menos para agir melhor é um bom conselho para todos, desde a Comissão ao Parlamento Europeu e ao próprio Conselho Europeu. Há aqui qualquer coisa de certo, desde que não se desorganize a União Europeia, desde que esse «agir menos» não signifique a tomada do poder por parte de um directório de alguns Estados. Por isso, as críticas à Comissão têm de ser críticas ponderadas e atemidadas, como as que foram feitas pelos actuais membros do Governo, presidido por António Guterres.

Não se pode, porém, focar só sobre a Comissão os sintomas do mal-estar europeu, pois o nível intergovernamental também não se apresenta isento de responsabilidades. É certo que na Cimeira de Madrid apenas se tentou tornar irreversíveis algumas metas consideradas essenciais para a construção europeia, como, em primeiro lugar, o estabelecimento de uma moeda que, de acordo com o agora previsto na Cimeira de Madrid, não será, durante cerca de três a quatro anos, uma moeda única mas, sim, uma moeda comum a uma moeda europeia, em segundo lugar, o problema do alargamento e, por último, a questão da confidencialidade intergovernamental.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Essas três preocupações da Cimeira de Madrid estão todas subordinadas a algo que me parece positivo, que é a criação de condições para tornar irreversível o processo da construção europeia.

Para terminar, Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção para o facto de, nestes dois meses em que a nova maioria governa o País, já se ter discutido nesta Assembleia de uma forma muito mais intensa e qualificada os problemas da integração europeia de Portugal do que nos últimos 10 anos.

Aplausos do PS.

Vozes do PSD: — Não é verdade!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sá.

O Sr. Luís Sá (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Com este debate, estamos a enfrentar um problema particularmente importante no conjunto do funcionamento do sistema político democrático. Na realidade, com a integração europeia, é pacífico o facto de os parlamentos nacionais serem profundamente afectados. As vias para enfrentar este facto têm sido variadas. Em Portugal, neste momento, está em vigor a Lei n.º 20/94, de 15 de Junho, mas convém lembrar que esta não foi uma lei inovadora; bem pelo contrário, foi uma lei que a anterior maioria acordou em aprovar para cumprir o que, até ao momento, era para cumprir, tendo em conta o facto de estar nesse momento em vigor uma lei que não era cumprida.

Recordo, designadamente, que foi aprovada a Lei n.º 28/87, na altura em que o PSD estava em minoria, embora no governo, e que, quando obteve a maioria, um dos primeiros actos foi exactamente o de revogar esta lei e substituí-la pela Lei n.º 111/88, que nem sequer foi cumprida.

Neste momento, vigora sobre esta matéria uma lei mitigada, cujas potencialidades temos de explorar na sua totalidade. É neste quadro que travamos este debate, o que é positivo mas de forma alguma suficiente.

Recordo, por exemplo, que o debate, semelhante a este, feito no parlamento espanhol, teve como finalidade expressa não apenas o balanço mas também o impulso e a orientação. É notório que este facto está, de algum modo, alheio deste debate.

A propósito desta questão, penso ser oportuno recordar as declarações do Professor Jorge Miranda, quando, de uma forma talvez exagerada, mas, sem dúvida alguma, impressiva, dizia, nesta Casa, que, se não fossem tomadas medidas, a Assembleia da República se iria transformar, cada vez mais, numa assembleia paroquial perante a profundidade da integração europeia.

Cremos, portanto, que há um grande caminho a percorrer nesta matéria, para o qual estamos disponíveis, ao mesmo tempo que afirmamos a insatisfação com aquilo que já está feito e pensamos que o papel da Assembleia da República deve ir muito mais longe.

O Sr. Primeiro-Ministro teve a oportunidade, a propósito da Cimeira de Madrid, de afirmar que o euro era a pedra sobre a qual seria construída a integração europeia. Esta afirmação, de ressaibos bíblicos, não pode deixar de merecer o nosso mais profundo desacordo. É que não se trata, efectivamente, de uma pedra sobre a qual possa ser construída uma boa igreja. A boa pedra, a pedra que importaria ter em conta como grande fundamento da integração europeia, era, bem pelo contrário, o mal-estar europeu, que o Primeiro-Ministro também referiu, e, com base nesse mal-estar europeu, uma política que respondesse às razões dessa situação. Quando o Governo opta, em convergência total neste plano com o PSD, por dar prioridade à moeda

única, está, naturalmente, a fazer uma opção que não pode deixar de ter custos profundos em termos de crescimento económico, o que é particularmente grave para um país atrasado como Portugal, e em termos de desemprego e sociais.

A nossa opção é claramente outra. É a igualdade no progresso, nas condições de vida e de trabalho; é a coesão económica e social; é a prioridade ao desenvolvimento dos países mais atrasados e das regiões mais atrasadas da Comunidade e é defender o aparelho produtivo nacional.

A questão da palmeta, já hoje aqui discutida, vale em si mesma, mas vale também como um símbolo daquilo que não pode acontecer: a destruição da frota portuguesa em 37%, entre 1986 e 1994, e, para além disso, a destruição das quotas de pesca, reduzindo praticamente para metade o que era o direito histórico português. Na fonte desta questão, como já tive ocasião de afirmar, está a política comum de pescas, uma política que tem levado permanentemente à destruição do aparelho produtivo nacional, uma política que não tem em conta que Portugal não pode ser o «Inatel» da Europa, mas deve ter um aparelho produtivo e o direito a produzir.

Além disso, não se pode sistematicamente voltar das reuniões do Conselho de Ministros com «entradas de leão e saídas de sendeiro», isto é, com grandes declarações em Portugal, dentro e fora da Assembleia da República, de grande firmeza negocial e, ulteriormente, afirmar-se uma resignação perante as derrotas, referindo que ainda resta um bocado, que ainda não perdemos tudo, que ainda vamos ter um bocado de frota, um bocado de indústria conserveira, um bocado de aparelho produtivo, um bocado como peças de museu, para, no fim de contas, podermos dizer que ainda não perdemos tudo.

Não perdemos tudo, mas perdemos muito e cremos que é exactamente esta a via que importa corrigir, tendo em conta que a grande clivagem nesta matéria não é entre euro-optimistas e europessimistas. Essa clivagem existe, sim, entre aqueles que olham com realismo para o processo de integração europeia e entendem que Portugal faz parte dessa integração, mas tem de estar na União Europeia dando prioridade à política social, à política ambiental, ao desenvolvimento regional, àquilo que interessa aos cidadãos do País e aos cidadãos dos países europeus e não propriamente a uma estrutura burocrática que não tem em conta a situação específica dos aparelhos produtivos, como o nacional.

Por isso, dizemos sim à integração europeia para resolver problemas dos povos, dos países e do desenvolvimento regional, mas também dizemos não a este caminho que coloca a moeda única, os interesses das grandes empresas, das grandes multinacionais, à frente dos interesses dos trabalhadores e dos povos da Europa.

Podem contar connosco para seguir outro caminho, mas não para destruir o aparelho produtivo nacional, aumentar o desemprego e estagnar o desenvolvimento económico, em suma, para voltar para trás e não para andar para a frente, em nome de um proclamado ideal europeu que, traduzido em «miúdos», traz um prejuízo profundo ao presente e ao futuro do País.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos dar início à fase de encerramento do debate. Como foi determinado, as intervenções serão produzidas do menor para o maior grupo parlamentar.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro, que dispõe, para o efeito, de cinco minutos.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O debate sobre o processo de construção europeia vai terminar e, efectiva e lamentavelmente, nada trouxe de novo, nenhum registo trouxe daquilo que foi o clima que, há quase três anos, se viveu nesta Europa. Um clima que movimentou protestos e abalou as várias famílias políticas, um clima de contestação face a uma forma de entender a Europa, incapaz de integrar os cidadãos europeus como parceiros dessa construção e, mais do que isso, uma Europa que não só não envolveu os cidadãos como não se virou para a sua realidade, os seus problemas, os seus sonhos e as suas aspirações.

Efectivamente, aquilo que se constata, quando vai terminar uma presidência, precisamente a última antes da cimeira intergovernamental de 1996 e da revisão do Tratado, é que nenhum dos sinais de descontentamento visíveis, nenhum dos registos de mal-estar que se verificam foram integrados e tidos em conta. Aquilo em que se insiste, que se fez e em que se persistiu é num processo de construção europeia com o qual os cidadãos se não identificam, que é construído com base no seu esmagamento cultural, na anulação da sua identidade cultural, ambiental e social. Aquilo que é feito é um processo de padronização e não de cooperação solidária de regiões e de povos, capaz de acolher a diversidade e dessa diversidade fazer vantagem, complementando aquilo que são os diversos contributos dos diversos países e regiões desta Europa.

Portanto, aquilo que vemos hoje — e perante uma forma de construir a Europa, que não aceitamos como a única via, o único modo de entender esta construção e esta participação, e que era suposto ser harmoniosa —, é o insistir e o persistir em modelos obsoletos, que já mostraram não resolver os problemas dos cidadãos, o seu desenvolvimento, a crise ecológica, o bem-estar, a partilha igual, justa e equilibrada dos recursos.

Ora, aquilo que este Governo hoje nos trouxe, na continuidade daquilo que de algum modo eram sinais evidentes e preocupantes da subscrição de um modelo preconizado pelo PSD, foi, se bem que com mais diálogo e abertura, a discussão de «trocóis» e de detalhes, mas não o pôr em causa, o reflectir, o questionar as questões centrais com que se debate a integração.

É que o problema não é saber se os fundos, e tão só, foram bem ou mal geridos para pagar aquilo que se destrói, mas, sim, saber por que é que se destrói, que lógica tem o absurdo de provocar a destruição das economias, dos nossos recursos naturais, da nossa agricultura e do mundo rural, para, depois, pagar a esmola e, a prazo, aquilo que manifestamente não tem preço.

É esta reflexão que gostaríamos que tivesse sido feita, a reflexão que, a poucos meses da conferência intergovernamental, aqui deveria ter tido lugar. Mas não foi isso o que aconteceu. E se há três anos havia sinais de descontentamento, o que verificamos nesta sociedade, onde a crise ecológica aumentou e o ambiente é remetido a meia dúzia de linhas na conclusão da Cimeira, em que existe uma situação social que é explosiva e que «entra pelos olhos dentro» de quem vive neste País, é que a única receita, de novo entregue e devolvida aos cidadãos, é uma receita que faliu, que não interessa e que é manifestamente incapaz de ser protagonizadora de qualquer projecto de futuro.

É esta a posição do Grupo Parlamentar Os Verdes, é esta a leitura que fizemos de um debate que foi morno e que

não teve vivacidade por parte daqueles que ontem se dizia serem os dois grandes partidos deste Parlamento, o partido da maioria e o partido da oposição, afinal tão próximos em relação aos seus pontos de vista.

Aquilo que dizemos em relação a esta Europa é que a sua construção far-se-á e será positiva na medida em que seja capaz de incorporar o património de direitos adquiridos, ao longo de gerações, neste espaço. A capacidade de sobrevivência desta Europa será a capacidade de olhar o presente com olhos de futuro e de caminhar, no sentido do aprofundamento do progresso, com a dimensão ecológica, cultural, ambiental e social que, necessariamente, lhes têm de estar inerentes.

Aquilo que este debate mostrou foi a incapacidade de ouvir, a incapacidade de compreender os sinais...

O Sr. Presidente: — Peço que termine, Sr.^a Deputada, porque acabou o seu tempo.

A Oradora: — Termine já, Sr. Presidente.

... e também a incapacidade de entender que o que se passa em França não é um problema de greves nem um problema isolado, é antes um problema de rejeição e de revolta contra uma certa forma de construir a Europa, com a qual os cidadãos se não identificam e que corre o risco de se tornar, a prazo, numa bomba de efeitos retardados.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Vou, no essencial, retomar os pontos que o meu camarada Luís Sá desenvolveu neste debate há poucos minutos atrás.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, na sua intervenção inicial, referiu que o Governo não era nem optimista panglossiano nem céptico, mas creio que não é esse o verdadeiro termo do debate ou da questão que deve ser colocado. A questão é saber se o Governo aceita passivamente a construção da Europa, tal como ela está a ser feita, ou se faz uma análise crítica sempre que tal construção atinge os interesses dos povos e os interesses nacionais. É essa a base necessária e indispensável para a única atitude racional em todo este debate, que deve ser uma atitude de combate permanente em defesa dos interesses dos povos e dos interesses nacionais.

O Sr. Ministro tinha bons motivos de reflexão. No entanto, afirmou que o Sr. Deputado Durão Barroso, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, poderia produzir a mesma intervenção que V. Ex.^a iria fazer. Tenho pena que o tenha dito, porque o que se esperaria era que, com a experiência já adquirida nestes dois meses em que o Governo está em funções, o Sr. Ministro reflectisse sobre o que tem sido e o que é a construção europeia em dois pontos essenciais.

Se tivermos em atenção o que são os interesses dos povos no quadro deste processo, seria bom que tivesse reflectido sobre o que, neste momento, se passa em França e na Bélgica, que são sinais muito claros para todos os Estados membros de que os trabalhadores não aceitam esta forma de construir a Comunidade Europeia.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Se quisesse reflectir em torno da questão da defesa dos interesses nacionais teria, pelo menos, os

exemplos da indústria conservera, da pesca longínqua e da organização comum de mercados hortofrutícolas e frutícolas, que são bons exemplos em como este modelo de construção europeia consome e atinge esses mesmos interesses. Mas o Sr. Ministro não fez essa reflexão, que era indispensável, por uma razão simples: é que a Cimeira de Madrid mostrou que a Europa e os dirigentes dos partidos europeus não têm resposta para as questões centrais que se colocam aos seus povos, como sejam as questões do desenvolvimento e do emprego, e, mais, subordinam a resposta a essas questões às orientações da política monetária, que a si mesmo se impuseram, embora deva ser dito — e esta é uma questão essencial — que se o Governo do Partido Socialista aceita essas orientações é porque quer, pois nada o obriga. As orientações neoliberais que marcaram os últimos anos da política portuguesa, que, pelos vistos, o Governo quer continuar, são uma opção de política nacional pela qual o Governo é responsável perante a Assembleia da República e o povo português.

O Governo tem bons motivos de reflexão em torno daquilo que é o aumento do desemprego, a situação de uma economia que continua a «patinar» e a degradação do aparelho produtivo. Estas são questões que deviam estar na primeira linha deste debate, mas não estiveram, isto é, aquilo para que este debate devia servir, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O desafio que aqui nos é proposto, e que deve ser por nós assumido, não é aplaudir as medidas tomadas pelo Conselho de Madrid nem sequer tentar «vendê-las» ao povo português; é, sim, encontrar as formas de combater as medidas que atingem os nossos interesses e os dos povos.

A questão do modelo de construção da União Europeia vai colocar-se a breve prazo. O calendário de início da conferência intergovernamental está fixado — não está fixado o fim, como disse o Sr. Primeiro-Ministro, mas está fixado o começo. E a verdade é que o Estado português continua a não estar dotado dos meios institucionais e jurídico-constitucionais necessários para poder submeter a referendo do povo português aquilo que forem decisões tomadas no âmbito da conferência intergovernamental. Isso é uma situação que coloca com mais oportunidade na ordem do dia a proposta que o PCP já formulou de que essa matéria fosse considerada com urgência pela Assembleia da República. Esse era outro tema que se esperaria aqui fosse tratado.

O Sr. Presidente: — Peço-lhe que conclua, porque terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: — Concluo, Sr. Presidente, dizendo que este debate vale por se ter realizado, mas não atingiu, na nossa opinião, as questões essenciais que era necessário abordar no quadro da constituição da União Europeia.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Ferreira.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, não gostaria deixar de dizer que, na nossa opinião, neste tipo de debates, deverá haver a possibilidade de, no seu final, ser discutida e votada uma resolução substantiva sobre o seu conteúdo. Vamos continuar a bater-nos para que isso se concretize o mais depressa possível nesta

Casa, por forma a que estes debates passem a ter conclusões, que nos parecem importantes, sob pena de os desvalorizarmos, que é exactamente o contrário do que queremos que aconteça.

O Sr. Ministro disse na sua intervenção inicial que defendia a ideia de que a Europa devia mudar. Nós também defendemos essa ideia. O problema é que para mudar a Europa a política correcta não é a de V. Ex.^a, é a nossa. O problema é que para mudar a Europa a política correcta não é a do seu Governo, é a que o Partido Popular defende há muito tempo, como, aliás, a realidade tem vindo a demonstrar.

Relativamente à questão da moeda única, é evidente que o Governo e V. Ex.^a são livres de defender a ortodoxia e a rigidez dos prazos da moeda única, mas, assim sendo, a partir de hoje, passarão a ter de assumir que têm de abdicar do objectivo de combater o desemprego e aumentar o emprego. Como também ficou claro, e não somos só nós que o dizemos, pois há destacados ministros do seu Governo que o dizem, que, num dos piores cenários, «o que importa ter em conta é que a escolha da data de adesão à moeda única não é uma questão de princípio, é uma questão prática que deve resultar da ponderação cuidada das vantagens e inconvenientes das opções em alternativa» e, continuando a citar, «nessas condições, no caso de se forçar a adesão à moeda única, logo desde o seu início, fosse qual fosse o custo dessa decisão em termos de desemprego, a própria ideia da União Europeia sofreria em Portugal um expressivo recuo, perderia apoio popular e tornar-se-ia por longo tempo um foco de insanável controvérsia política e social».

Acabei de citar e concluo, dizendo que se cuide a Europa dos seus amigos, porque por nós pode estar descansada. Temos dito muitas vezes que o pior serviço que se pode prestar à Europa é a cegueira de não ver as consequências sociais que esta política económica da moeda única está a lançar por todas as nações europeias. Quem não quer ver isso é que é o verdadeiro inimigo da Europa, porque está a contribuir para comprometer a ideia de fundo, não querendo ver as consequências das políticas erradas contidas no Tratado de Maastricht, que queremos rever.

De nós a Europa pode esperar críticas, pode esperar o levantar dos problemas concretos e alternativas, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro disse que a minha intervenção exprimia uma visão catastrofista relativamente ao sector das pescas — ainda e sempre o sector da pesca longínqua. Mas, Sr. Ministro, em 1991, tínhamos licenciados 52 barcos de pesca longínqua, em 1992 já eram 30, em 1993, 20, em 1994, 16, e, com a quota da palmeta hoje estabelecida, em 1996, serão 3 ou 4. Não sou eu que sou catastrofista, Sr. Ministro, são os dados que o demonstram (estou a falar da zona de pesca da palmeta, para que não restem dúvidas).

É a política europeia que é catastrofista e é também a comissária das pescas da Comissão Europeia, que, sistematicamente, se opõe aos interesses de Portugal no domínio das pescas. Diria que a Comissária Bonino é a *persona non grata* da economia produtiva portuguesa.

Sr. Ministro, gostaria que na sua intervenção final nos dissesse uma coisa que na inicial não disse: qual é a opinião de V. Ex.^a e do seu Governo sobre a presidência espanhola? Pensa que a presidência espanhola foi isenta, que contribuiu para o reforço dos pontos de vista dos portugueses nos vários sectores da União Europeia? Qual é afinal a posição que V. Ex.^a tem sobre a presidência espanhola da União Europeia?

Sr. Ministro, penso que fica claro que esta Europa tem alternativa, que catastrofismo é recusar ver a realidade e

que os seus principais inimigos são os que não querem ver as consequências desta Europa. Por nós, a Europa, sob esse ponto de vista e a ideia substantiva da Europa, poderão estar tranquilos.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Torres.

O Sr. Francisco Torres (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao encerrar este debate, por parte do PSD, cumpre-me defender aqui uma certa ideia da Europa. Essa ideia da Europa, a meu ver, é partilhada pelos dois maiores partidos com assento nesta Assembleia e pelo povo português que, na sua grande maioria, a sufragou em várias eleições, inclusive em eleições europeias.

Trata-se de uma ideia construtiva, de uma ideia de luta por objectivos comuns de rigor, de solidariedade e de coesão económica e social. Solidariedade entre os países e os povos europeus, mas solidariedade também para fora, com o resto do mundo, e solidariedade de ajuda a países mais pobres. É uma ideia baseada em mercados livres, tanto na Europa como no resto do mundo — daí os acordos de associação com a Mercosul, a que já demos as boas-vindas várias vezes, o acordo Euro-Mediterrânico e outros que tendem à liberalização do comércio internacional.

Tudo isto, porque os objectivos iniciais da construção europeia prendem-se não com a economia mas com a paz. Esse é o objectivo essencial e nisso estamos de acordo.

Portanto, não adianta estarmos sempre a ser interrompidos com barulhos dos extremos, a pôr em causa este ideal europeu, porque ele tem sido sufragado muitas vezes pelo povo português.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Então, façam o referendo!

O Orador: — E os senhores que se propuseram às eleições contra a Europa, contra esta Europa, perderam-nas por várias vezes.

No entanto, os senhores que têm estas ideias anti-europeias, muitos até votaram contra a própria Comunidade Europeia, exigem agora uma modificação dos tratados e da União Europeia em várias matérias...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Exigem, não! Está previsto!

O Orador: — ... e esquecem-se de que, na realidade, o que querem é sair da Europa ou, melhor, não queriam ter entrado, não queriam ter participado neste objectivo comum. É bom que o povo português fique esclarecido sobre isso de uma vez por todas!

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — São estes fundamentalismos que estragam tudo!

O Orador: — E não vale a pena estar aqui a empatar a discussão e o debate, se não se discutem coisas sérias, se não se discute o modo de aplicação destes grandes objectivos.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS-PP): — Vale sempre a pena!

O Orador: — Em todo o caso, é ainda muito o que distingue o Partido Social Democrata do Partido Socialista. É

que uma coisa são os objectivos fundamentais — e aí estamos de acordo, tanto sobre a Europa como sobre outras questões nacionais, onde, porventura, não se pode brincar —, outra coisa é o modo como aplicamos as políticas internas para conseguir esses objectivos.

A moeda única, a meu ver, é um corolário lógico do mercado interno, que não funcionará sem ela, e os países que estiverem de fora, dada a calendarização da mesma, terão todos os seus custos e nenhum dos seus benefícios. Aliás, os críticos da moeda única e da união económica e monetária sabem que os países que estiverem de fora terão de ter uma taxa de câmbio fixa e terão, eventualmente, de respeitar os critérios de convergência, em benefício próprio.

Os governos da Inglaterra e da Dinamarca, por exemplo, estão a fazer tudo para respeitarem os critérios de convergência até 1997 e continuarem a respeitá-los depois dessa data.

Por isso mesmo, o PSD não votará cegamente o Orçamento do Estado para 1996, porque não basta respeitar o objectivo acordado com os nossos parceiros, e que consta no programa de convergência, para que o Orçamento seja um bom orçamento. O rigor orçamental parece-nos uma condição necessária para que o Orçamento seja aprovado por esta Câmara, mas não é uma condição suficiente. Temos de ver o que é deixado à política interna de cada país, que se traduz na afectação das despesas e receitas por parte do Governo.

• O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Hom'essa!

O Orador: — Isso é fundamental, estará sempre na mão de cada Estado, porque não defendemos o federalismo fiscal, não achamos necessário um fundo conjuntural para fazer face ao desemprego, porque isso seria desfavorável a Portugal.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Ainda mais fundamentalista!

O Orador: — Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, V. Ex.^a tem defendido por várias vezes, e propôs mesmo, antes da Cimeira de Madrid, a criação de um fundo conjuntural para fazer face a choques assimétricos e para fazer face ao desemprego na Europa.

Devo dizer que somos contrários a esse fundo, pois entendemos que o objectivo principal deve ser manter a coesão económica e social, qual fundo para a igualização do rendimento real, e não a criação de um fundo conjuntural para corrigir eventuais asneiras dos governos em matéria económica. Esse fundo nunca seria aprovado a nível europeu, aliás, já há bastantes dúvidas dos países nórdicos quanto a ele, e é pela defesa de um fundo estrutural que nos devemos bater, é aí que devemos concentrar as nossas energias, e não pela defesa de um fundo conjuntural. Esse fundo seria mau para a economia portuguesa, uma vez que iria substituir o rigor necessário que deve caracterizar a política dos vários governos, independentemente da UEM e da União Europeia.

Relativamente à questão do emprego, ao contrário do que aqui foi dito — e já tive ocasião de discutir muitas vezes essas questões com o Professor Ferreira do Amaral e com o Engenheiro João Cravinho, pelo que não fico agora surpresto com a publicação desses estudos —, também julgo que...

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: — Sr. Presidente, julgo que poderá usar de alguma benevolência, dado que não esgotámos o tempo de que dispúnhamos no período anterior...

O Sr. Presidente: — Desculpe, Sr. Deputado, mas a gestão do tempo não é feita dessa forma. Em todo o caso, concedo-lhe mais algum tempo, embora não possa ser muito.

Faça favor de concluir, Sr. Deputado.

Vozes do PS: — É Natal!

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

A questão do emprego é, para nós, fundamental, na óptica da prossecução do rigor. Como lembrou o ex-Presidente da Comissão Jacques Delors, em carta à Cimeira de Madrid, o Livro Branco tem sido esquecido e, portanto, não se pode vir agora dizer que há preocupações com o emprego e que deve haver medidas concretas, quando elas não são apresentadas.

De facto, o Governo português, na anterior legislatura, adiantou algumas medidas concretas para o problema do emprego, o Livro Branco foi apresentado e teve a contribuição portuguesa, mas ainda não foi aplicado. E o que é que refere o Livro Branco? Que o emprego é um problema estrutural e para o solucionar é preciso resolver, em primeiro lugar, os desequilíbrios macro-económicos.

Portugal já viveu com moeda única durante muitos anos, pois aderiu ao padrão-ouro em 1854, e não perdeu autonomia nem soberania. Entre 1846 e 1854, em Portugal, havia cerca de 10 moedas com circulação obrigatória, decretadas pela rainha D. Maria, houve uma guerra civil e a rainha teve de pedir a intervenção de forças externas para pôr cobro a essa guerra. Onde é que estava a nossa soberania? Portugal viveu 30 anos em regime de moeda única e, nessa altura, teve uma taxa de crescimento superior, em 1,2%, à dos outros países da Europa e a convergência real foi, nessa altura, a maior dos últimos 150 anos. E voltámos a ter moeda única no regime de *Bretton Woods*, no regime do padrão-dólar.

A moeda única é, pois, uma condição necessária para a criação de emprego e para atacarmos o desemprego com medidas estruturais.

Vamos ver como é que o Partido Socialista, que agora se comprometeu através do Governo e do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, a respeitar este calendário da moeda única e a envidar todos os esforços para que Portugal esteja, desde a primeira hora, na União Económica e Monetária, vai respeitar esses compromissos e, caso não os respeite, que ilações políticas tirará do facto.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para produzir a sua intervenção, a palavra ao Sr. Deputado Carlos Zorrinho.

O Sr. Carlos Zorrinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: «Euro, tu és euro e sobre ti edificaremos a União Europeia». Com esta frase de inspiração bíblica quis o Primeiro-Ministro exprimir com inusitada lucidez a sede de refundação que perpassa pela comunidade económica e política em que nos integramos.

A União Europeia está cativa de um profunda crise de liderança e de identidade e é com particular orgulho que sublinho hoje e aqui a contribuição que a delegação portuguesa soube dar no Conselho Europeu de Madrid para que, pela primeira vez, os governos dos Quinze se tenham

preocupado em esboçar algumas respostas à crise de identidade e motivação da União. Uma resposta insuficiente, mas que constitui um sinal importante de que os temas sociais poderão retomar o seu lugar natural na agenda da construção europeia e que constitui um sinal também de que Portugal deixou de ser um aluno passivamente bem comportado, em troco de prebendas fugazes, para tornar parte de corpo inteiro na reflexão sobre o futuro da Europa. Assumimos a rebeldia saudável de quem sabe o que quer; Abandonámos a apatia medíocre de quem espera passar por favor nas provas decisivas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Somos hoje reconhecidamente um parceiro considerado e respeitado na construção europeia. Soubemos dar provas de que entendemos a importância do rigor e da credibilidade financeira como âncoras instrumentais decisivas para que se fortaleça a Europa das ideias, dos direitos e das liberdades. Mas, como instrumento que é, a convergência nominal tem que ser bem delimitada nos objectivos e nos timing de concretização. Também aqui e ao contrário do que outras bancadas querem fazer crer, a definição clara de critérios e calendários constitui uma inequívoca vitória dos países que, como Portugal, entendem que a Europa da tecnocracia é insuficiente para responder a uma cidadania de inquietação que a recente crise francesa expôs expressivamente ao olhos de todos os europeus.

Vozes do PS: — Muito bem.!

O Orador: — Fez bem o Governo português ao recolocar na agenda europeia o problema do emprego não como um problema técnico mas como um problema político essencial — e problema político que exige respostas políticas. O estudo técnico que foi citado neste debate é uma projecção com base na ausência de políticas activas de emprego que caracterizou os governos economicistas e obreiristas que nos antecederam. Também aqui o Governo actual será diferente e com essa diferença de política as projecções poderão não ser válidas.

Fez melhor ainda o Governo português em ser ousado na proposição, porque a Europa é o espaço geopolítico em que nos centramos e por cujo progresso democrático e livre nos devemos bater até à exaustão. Não podemos esperar, Srs. Deputados, que esta nova leitura da Europa seja assumida, desde logo com entusiasmo, pelos seus principais pilares económicos que são verdadeiros elefantes na porcelana da mudança necessária. Mas é vocação de países de história e de cultura como Portugal a pedagogia da flexibilidade, da criatividade, da capacidade de ousar perante os obstáculos mais difíceis.

Desafio-o, por isso, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, a que V. Ex.^a e o Governo que integra continuem a ser lídimos representantes dessa pedagogia, captando pacientemente aliados, fazendo uso da convicção europeia para exigir a coesão económica e social do espaço comunitário, aplicando à escala do país os princípios e as políticas que reivindicamos no contexto europeu.

Assim, ao encerrar este debate em nome da bancada do Partido Socialista, testemunho-lhe a solidariedade política para os bons e os maus momentos do caminho a empreender, certos de que no futuro, como no passado, os portugueses saberão distinguir os que estão na Europa com sentido crítico e consciência estratégica dos que nela ape-

nas cavalgaram enquanto a onda prometia dinheiro fácil para anestesiar as clientelas e manter o poder.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Como diria o poeta: «o futuro não é mais aquilo que foi». Pode o Governo contar connosco para que Portugal possa ter um futuro viável numa Europa renovada que seja produto de uma cidadania activa, cidadania nas comunidades locais, nas comunidades regionais, nas nações e também no espaço da União.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — A palavra ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, para proferir a sua intervenção final.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por reiterar o compromisso do Governo em continuar a manter com a Assembleia da República, sobre matéria europeia, uma troca de informações e um debate continuado. Esse é um compromisso que será mantido e que está a ser praticado.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Tivemos aqui um debate interessante — eu não seria tão negativista como a Sr. Deputada Isabel Castro, do Partido Ecologista Os Verdes, em relação sequer ao mérito da sua própria intervenção neste debate...

Risos do PS.

O Sr. José Magalhães (PS): — É auto-céptica!

O Orador: — Portanto, penso que a Assembleia e o Governo exerceram aqui um acto de responsabilidade.

Naturalmente há nesta Câmara dois partidos, muito vivos e muito críticos sobre a questão europeia, que têm, aliás, uma particularidade nas suas posições políticas: o PCP, que foi contra a entrada na Comunidade Europeia, é agora contra a saída da União Europeia; o CDS-PP, que esteve a favor da entrada, é agora a favor da saída!

Aplausos do PS.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Não é verdade!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Essa é a chamada demagogia fácil!

O Orador: — Portanto, temos aqui o partido «duplo-sim» e o partido «duplo-não»! As suas posições estão muito claras, só que são um pouco contraditórias, no vosso próprio campo. Mas esse é um problema que não nos cabe dilucidar em grande extensão.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Luís Sá, do PCP, há dois pontos que gostaria de sublinhar. O Sr. Deputado fez um discurso muito europeísta: disse «sim à Europa», «viva a Europa», etc., etc., mas depois introduziu um «mas» em que mete tudo aquilo que não pode verdadeiramente fazer verter dentro da Europa. Quem tem uma posição substantivamente contra, tem dificuldade em disfarçar, numa colagem de forma, um conteúdo positivo sobre o seu resultado. Portanto, teremos muito a ganhar neste debate com o PCP — seguramente, ganharemos — e o PCP ganhará também, e V. Ex.^a em particular, na afina-

ção final das vossas propostas políticas sobre a Europa. E até pode acontecer que, mesmo dizendo «mas», afi-tem tanto «sim» que isso acabe por ter um efeito em relação ao «não» global. Essa é matéria para o tempo decidir. Por agora, vamos continuar a discutir.

O Sr. Deputado João Amaral disse-nos que o Governo aceitava passivamente as medidas propostas na Comunidade, só que isso não é verdade. O Governo português actua e, no Conselho Europeu de Madrid, o Governo actuou, o Primeiro-Ministro actuou. Não estivemos lá sentados a ocupar simplesmente aquelas cadeiras que ficam por detrás do letreiro chamado «Portugal».

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Isso carece de comprovação!

O Orador: — Não, não! Nós introduzimos alterações positivas para o País naquele que estava definido ser o pacto de estabilidade e na filosofia do alargamento. Na agenda pré-determinada para a Conferência Intergovernamental, introduzimos também alterações com benefício para o nosso país, bem como relativamente à questão de Timor, no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum, introduzimos alterações com benefício para os timorenses e para Portugal. Ou seja, não estivemos na Cimeira Europeia a fazer um exercício institucional ou de retórica e vamos continuar a agir dessa forma. Vamos usar o peso do nosso voto e dos nossos argumentos para mudar as políticas.

Aplausos do PS.

Agora, não nos peçam que façamos o impossível! Não nos fixem metas inalcansáveis.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nós vamos trabalhar na faixa do razoável, para obter resultados importantes.

Relativamente à Cimeira, os Srs. Deputados do PP falaram em data rígida, em calendário apertado, num referendo não previsto. VV. Ex.as aí tem o mérito da coerência: é que tudo isso está no Tratado de Maastricht e o que a Cimeira de Madrid fez foi afinar a sua aplicação.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Não havia dúvidas!?

O Orador: — Não havia dúvidas — V. Ex.^a aí tem o mérito da coerência — e, no nosso entendimento, o que foi agora afinado é razoável, embora pudesse ter sido feita uma afinação mais fundamentalista, mais rígida, no sentido monetarista. No entanto, essa foi uma afinação razoável. Vamos ver como se comportam os outros países, as outras economias e os outros Estados. Vamos fazer o melhor que pudermos e o melhor que soubermos, mas não vamos ser indiferentes àquela que vai ser a evolução destes problemas nos meses que se vão seguir. E pode V. Ex.^a estar seguro porque agiremos no sentido da defesa dos interesses portugueses nessa negociação aberta e não pré-determinada.

V. Ex.^a referiu um estudo de cenário, o qual, naturalmente, faz convergir a razão dos nossos argumentos sobre a prioridade a conceder à qualificação, à educação e à necessidade de, ao nível da União, se preverem também políticas activas de emprego.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Não é compatível!

O Orador: — Isso é altamente importante e não será deixado cair pelo Governo português.

Não podemos ignorar que — certamente V. Ex.^a não o ignora, porque é um cidadão responsável, tal como o PP não o pode ignorar — se o Governo português declara-se hoje, aqui, por meu intermédio, ou tivesse declarado na Cimeira de Madrid, por intermédio do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças, que Portugal deixava de ter a moeda única como critério de realização do Governo e do Estado português, isso teria sobre os mercados, as empresas e o emprego um efeito absolutamente catastrófico e tudo aquilo que V. Ex.^a quer debelar e quer conter seria agravado.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Também em Inglaterra seria uma catástrofe!

O Sr. José Magalhães (PS): — E nós somos a Inglaterra?!

O Orador: — Assim como V. Ex.^a e o Partido Popular, que é uma força política sensível à necessidade de conter a despesa pública irracional, de delimitar os gastos públicos e de fazer transferir recursos para o investimento produtivo, também devem ser, ao menos teoricamente, sensíveis...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Somos!

O Orador: — ... a alguma parte daquilo que são os critérios de convergência.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — No nosso prazo, Sr. Ministro!

O Orador: — Porque, naturalmente, esses objectivos representam aquisições positivas para uma modernização e estabilização da nossa economia.

Se a discussão é sobre os prazos, certamente não vamos morrer à saída deste debate nem os outros países europeus deixarão de estar interessados em prosseguir este debate. Nós também temos de o acompanhar nas implicações que ele tem, não apenas para Portugal mas também para outras economias da União e para a própria União no seu conjunto.

Agora, o que me parece claro quanto ao modelo é que temos três caminhos que podemos seguir.

Podemos adoptar uma opção do género da adoptada pelos novos países industrializados: lançamento total no comércio mundial, alteração do sistema produtivo, baixos salários, protecção social mínima e fim da coesão social em Portugal. Penso que ninguém defende este modelo.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Nem a sujeição de Portugal a esse modelo!

O Orador: — Temos também o modelo do regresso ao proteccionismo. Não é tão radical como o anterior, porque é menos liberal. É o modelo da alta protecção pautal, do subsídio, do preço elevado só para o mercado interno. Enfim, é um modelo que, penso, ninguém no País poderá aceitar.

Ora, o modelo que resta é o de trabalhar no quadro da União Europeia, que é um enquadramento...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Isso é totalitário. Se é modelo único, o que é que estamos aqui a fazer!

O Orador: — ... organizador para a protecção dos nossos interesses e, no quadro da União Europeia, para agir

em função da protecção do interesse português. E o que é isso, neste momento? É definir como prioritário o investimento na qualificação dos portugueses, na educação, na formação, para que em Portugal haja, na vida administrativa, na vida pública, nas empresas, na indústria, na agricultura e nos serviços, uma plataforma de qualificação científica e técnica sem a qual, V. Ex.^a pode crer, nenhum projecto e nenhuma ambição serão realizáveis.

Sr. Deputado, a vida internacional é duríssima. Digo-lhe até que é porventura muito mais dura do que aquilo que VV. Ex.as dizem. Para a enfrentar, temos de estar preparados. Mas, fora da União Europeia, estaremos seguramente muito mais desprotegidos do que estando na União Europeia, com as dificuldades, os problemas e as crises, mas, apesar de tudo, com a possibilidade de, nesse enquadramento, fazermos valer pontos de vista, interesses e ambições do nosso próprio país. É, naturalmente, nessa senda que vamos continuar.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, Já ultrapassou o tempo de que dispõe.

O Orador: — Termine já, Sr. Presidente.

Nós recebemos as mensagens, recebemos as indicações,...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — E sobre o PSD?!

O Orador: — ... sabemos que os vossos representados não são tão reivindicativos como vós, enquanto representantes. Ainda bem. Sr. Deputado! Ainda bem! Consideramos importante dialogar com o segmento desta Câmara que é mais céptico em relação a este processo, mas consideramos também importante manter o consenso europeu na divergência de pontos de vista, na crítica, na competição política interna, normal e necessária. No entanto, o Governo tudo fará para que o consenso democrático europeu prossiga e frutifique em Portugal.

Aproveito esta ocasião para, em nome do Governo, desejar a todas VV. Ex.as — e, em particular, ao Sr. Presidente — boas festas e um ano novo repleto da continuação de um debate político proveitoso.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Em nome da Mesa, quero também apresentar aos Srs. Membros do Governo, presentes e

ausentes, e aos Srs. Deputados, presentes e ausentes, votos de um muito feliz Natal e que o novo ano satisfaça todas as vossas mais ambiciosas aspirações.

Srs. Deputados, a próxima sessão plenária realizar-se-á no dia 3 de Janeiro, às 15 horas.

Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 25 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

António Jorge Mammerickx da Trindade.
Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes.
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho.
Luís Pedro de Carvalho Martins.
Maria do Carmo de Jesus Amado Sequeira.
Sérgio Carlos Branco Barros e Silva.
Sérgio Humberto Rocha de Ávila.

Partido Social Democrata (PSD):

Adalberto Paulo da Fonseca Mendo.
Jaime Adalberto Simões Ramos.
João Álvaro Poças Santos.
José Guilherme Reis Leite.
José Manuel Nunes Liberato.
Maria Eduarda de Almeida Azevedo.
Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.
Vasco Pulido Valente.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

Maria Helena Pereira Nogueira Santo.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Heloisa Augusta Baião de Brito Apolónia.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.

DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1092 Lisboa Codex.

PREÇO DESTE NÚMERO 216\$00 (IVA INCLUIDO 5%)

1 — Preço de página para venda avulso, 9\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.